

Ata Circunstanciada da 82ª Sessão Ordinária

ATA DE SESSÃO PLENÁRIA

1ª SESSÃO LEGISLATIVA DA 9ª LEGISLATURA

ATA CIRCUNSTANCIADA DA 82ª (OCTOGÉSIMA SEGUNDA) SESSÃO ORDINÁRIA, DE 26 DE SETEMBRO DE 2023.

INÍCIO ÀS 15H04MIN

TÉRMINO ÀS 18H13MIN

PRESIDENTE (DEPUTADO PASTOR DANIEL DE CASTRO) – Há número regimental. Está aberta a presente sessão ordinária de terça-feira, 26 de setembro de 2023, às 15 horas e 4 minutos.

Sob a proteção de Deus, iniciamos os nossos trabalhos.

Saúdo a todos que estão aqui na galeria deste plenário da Câmara Legislativa. Parabéns, a casa é de vocês! Seguramente, falo em meu nome e em nome do nosso presidente, que está numa audiência fora. Contem conosco. Estaremos juntos para fazer o que é melhor para a nossa cidade. Parabéns pela presença de vocês.

Convido o deputado João Cardoso a secretariar os trabalhos da mesa.

DEPUTADO JOÃO CARDOSO – Senhor presidente, solicito o uso da palavra.

PRESIDENTE (DEPUTADO PASTOR DANIEL DE CASTRO) – Concedo a palavra a V.Exa.

DEPUTADO JOÃO CARDOSO (AVANTE. Sem revisão do orador.) – Senhor presidente, muito obrigado. Está sendo impressa a Ordem do Dia.

Quero aqui, também, cumprimentar os meus amigos, as minhas amigas, servidores públicos do DF. Vamos continuar acompanhando. Logo, logo teremos notícias. Obrigado. (Palmas.) (Pausa.)

Pessoal, o presidente está perguntando o que eu fiz de tão bonito para ser aplaudido. Ele também merece palmas, gente. Ele está nos apoiando. (Palmas.)

PRESIDENTE (DEPUTADO PASTOR DANIEL DE CASTRO) – O deputado João Cardoso é especial. S.Exa. sabe fazer as coisas direitinho – não é, João?

Dá-se início aos

Comunicados da Mesa.

Sobre a mesa, expediente que será lido pelo senhor secretário.

(Leitura do expediente.)

PRESIDENTE (DEPUTADO PASTOR DANIEL DE CASTRO) – O expediente lido vai a publicação.

Obrigado, deputado João Cardoso. Cumprimento o deputado Roosevelt, o deputado Joaquim Roriz Neto, o deputado Max Maciel, a deputada Doutora Jane, a deputada Dayse Amarílio.

Àqueles que não registraram presença, peço que o façam. O deputado Roosevelt está bem do meu lado aqui, mas já registrou a presença.

Convido os nobres deputados que estiverem nesta casa a virem ao plenário para que possamos dar continuidade à nossa sessão de hoje.

PRESIDENTE (DEPUTADO PASTOR DANIEL DE CASTRO) – Dá-se início ao
PEQUENO EXPEDIENTE.

Passa-se aos

Comunicados de Líderes.

Concedo a palavra ao deputado Jorge Vianna. (Pausa.)

Concedo a palavra ao deputado João Cardoso. (Pausa.)

Concedo a palavra à deputada Paula Belmonte. (Pausa.)

Concedo a palavra ao deputado Gabriel Magno. (Pausa.)

Concedo a palavra ao deputado Rogério Morro da Cruz. (Pausa.)

Concedo a palavra ao deputado Thiago Manzoni. (Pausa.)

Concedo a palavra ao deputado Chico Vigilante. (Pausa.)

Concedo a palavra ao deputado Iolando. (Pausa.)

Concedo a palavra ao deputado Pepa. (Pausa.)

Concedo a palavra ao deputado Fábio Félix. (Pausa.)

Concedo a palavra à deputada Dayse Amarilio pelo Bloco PSB/PSOL.

DEPUTADA DAYSE AMARILIO (Bloco PSB/PSOL. Como líder. Sem revisão da oradora.) – Senhor presidente, senhoras e senhores deputados, boa tarde.

Estou aqui representando o bloco. Meu líder pediu-me para avisar que ele já estará aqui. Ele é realmente combativo. Ele está discutindo uma pauta importante, o projeto que está sendo votado hoje na Câmara Federal que trata de casamento homoafetivo, contra a homofobia. Ele pediu-me para avisar que já estará aqui.

Eu quero agradecer a todos e mandar um salve especial ao pessoal, que está bem envolvido. Acho que, na sessão passada, vocês estavam aqui presentes também. Vocês estão de parabéns. (Palmas.)

Eu fico muito feliz, porque vocês são uma categoria que faz mesmo a diferença. Vocês trabalham em um lugar muito difícil, não deve ser fácil. A saúde mental dos servidores públicos do Distrito Federal está destruída. Eu não tenho noção do que vocês passam no dia a dia, mas, como deputada distrital e servidora, eu sei que vocês precisam de representatividade. Então, contem com o nosso mandato e com o nosso bloco para poder lutar por vocês.

Um salve especial aos agentes comunitários de saúde. Cadê vocês? (Palmas.)

Eu queria deixar claro uma questão que nós estávamos até debatendo na Comissão de Fiscalização – não é, deputado Max Maciel? Nós estávamos conversando, e as pessoas não entendem a importância, talvez... Precisamos ainda evoluir como Brasil e entender que o agente comunitário de saúde faz um trabalho que talvez ninguém consiga fazer, deputado Pastor Daniel de Castro. Precisamos olhar essa categoria.

Na semana passada, eu fiz um requerimento para que o governo mandasse o projeto de lei para cá. Então, nós temos o agente de vigilância em saúde, que faz combate a endemias, e nós temos o agente comunitário. Hoje, falamos que a saúde é prioritária, falamos que a atenção primária resolve 80% dos problemas de saúde, mas não se investe em atenção primária. Isso é um problema muito sério.

Nós temos ainda nas áreas mais vulneráveis... Muitas vezes, onde nós não temos nenhuma equipe, é onde mais se precisa. Estamos com contratos temporários vencendo. Temos um problema, que é não haver equipe onde mais se precisa de gente e um sistema que não se comunica, colapsado.

Então, quero fazer um pedido especial. Eu peço aos deputados que me ajudem. Fizemos uma indicação para que o processo venha para cá. Estamos, sim, com um problema. Não sabemos qual é o real problema do Distrito Federal em relação ao impacto no buraco orçamentário que dizem que temos, porque cada um diz que é um valor.

Quero deixar claro que precisamos resolver o problema dos agentes comunitários, porque não haverá impacto nos cofres do Distrito Federal. Precisamos legitimar um direito já garantido por uma lei federal e constitucional, que diz que os agentes de vigilância precisam ser equiparados, os agentes comunitários têm que ganhar o mesmo valor que ganham os agentes de combate às endemias. (Palmas.)

Eu gostaria de deixar claro para os deputados e deputadas que esse valor está sendo repassado. Então, só precisamos de uma sinalização política. Se a saúde é importante, mandem esse projeto para cá e provem que a saúde é importante. Precisamos investir na atenção primária. Investir na atenção primária é colocar agentes comunitários na rua. Hoje, agente comunitário é artigo de luxo. A equipe que tem, tem 1 ou 2, e olhe lá! Há equipe que não tem nenhum! Perdemos repasse do Ministério da Saúde, dinheiro e impacto social!

Então, por favor, ajudem-me a fazer justiça. Que esse projeto venha para esta casa, e que o

votemos o mais rápido possível!

Neste meu último minuto, eu queria mandar um salve para o pessoal da Secretaria de Desenvolvimento Social – Sedes e também do socioeducativo. Na Comissão de Assuntos Sociais, temos visto como precisamos investir nessa pasta. Muitas vezes, discutimos muitas coisas importantes. Eu estava comentando com o deputado Max Maciel que os servidores estão indo aonde não podemos ir. Temos que discutir coisas realmente importantes, como a mulher ser dona do seu corpo, termos o direito de acesso ao DIU, ao planejamento familiar, a uma creche. Há esgoto rompido na Ceilândia. Estamos discutindo só algumas coisas.

Então, precisamos pensar em políticas públicas. E política pública se faz com servidor público valorizado. Temos dificuldades, sim, no serviço público, mas com pouquíssimos servidores. Tenho 23 anos de serviço público e não tenho problema nenhum com produtividade e avaliação. Precisamos melhorar o serviço público e não o destruir com a terceirização, como aconteceu com o Iges na saúde pública do Distrito Federal.

Obrigada, presidente. (Palmas.)

PRESIDENTE (DEPUTADO PASTOR DANIEL DE CASTRO) – Obrigado, deputada Dayse Amarilio.

Registro a presença da nobre deputada Paula Belmonte e dos nobres deputado Iolando, deputado Thiago Manzoni e deputado Chico Vigilante.

Solicito aos deputados que não registraram suas presenças que o façam.

Eu também gostaria de registrar a presença, nesta casa, do meu querido amigo, pastor, nobre advogado do mundo do direito criminal e presidente do projeto Vida para Multidões, doutor Uziel Batista.

Ainda nos Comunicados de Líderes, concedo a palavra à nobre deputada Paula Belmonte.

DEPUTADA PAULA BELMONTE (CIDADANIA. Como líder. Sem revisão da oradora.) – Boa tarde, presidente e parlamentares.

“Nobres deputados, pedimos à Câmara Legislativa do Distrito Federal que faça obstrução até que o governo envie o projeto de lei da reestruturação da carreira do socioeducativo.” (Palmas.)

“Governador Ibaneis, cumpra o que foi prometido.”

(Manifestação na galeria.)

PRESIDENTE (DEPUTADO PASTOR DANIEL DE CASTRO) – Obrigado, galeria, pela manifestação. Esta casa é bem assim. Fiquem livres para se manifestar, mas, quando a palavra estiver com o parlamentar, ouviremos o parlamentar, e, depois, parabenizamos, fazemos críticas ou elogiamos. Fiquem à vontade, mas vamos preservar a palavra do parlamentar. Obrigado pela manifestação.

Concedo a palavra à deputada Paula Belmonte.

DEPUTADA PAULA BELMONTE – Eu quero registrar aqui a presença dos senhores. É muito importante os senhores estarem aqui pedindo esse pleito, mas, conhecendo a nossa casa, a casa do povo, a casa em que estamos representando a população, os servidores, olhando a saúde, olhando o que está acontecendo.

Primeiro, eu quero registrar, como parlamentar, que os trabalhadores do socioeducativo, os servidores que trabalham nessa pauta tão importante têm todo o nosso apoio. Nós precisamos ter, sim, serviços de qualidade. Nós precisamos ter serviços e servidores que possam ser reconhecidos. Fica aqui o nosso reconhecimento pela presença dos senhores.

Eu quero falar agora, em especial, a toda mãe, todo pai, todo cidadão, toda cidadã, toda mulher, todo homem aqui de Brasília, do Distrito Federal. Nós estamos aqui em Brasília, capital do país, onde temos a maior renda *per capita* do nosso país, com a maior desigualdade social. Os senhores sabem bem do que eu estou falando.

Nós precisamos entender que, quando nós defendemos as nossas crianças, defendemos que as nossas crianças tenham o direito de ter uma vida digna, desde a sua concepção, temos de entender que nós temos de olhar também para essa criança quando ela nasce. E, quando ela nasce, ela precisa que o Estado proporcione a ela garantia de direitos. Hoje, infelizmente, nós temos crianças que passam necessidades nutricionais, e, quando eu digo necessidades nutricionais, eu estou falando de fome. Em Brasília, hoje, infelizmente, nós temos um número crescente de pessoas que estão morando nas ruas.

Isso é um impacto muito grande.

Precisamos estar juntos, como cidadão, como cidadã, como parlamento, como Câmara Legislativa. Precisamos estar juntos em prol da dignidade humana. Precisamos estar juntos com a Secretaria de Desenvolvimento Social, com a Secretaria de Segurança.

Infelizmente, nós temos cada vez mais população envolvida com o tráfico de droga e *crack*. E isso tem um impacto direto na nossa segurança pública.

Ontem, presidente, nós tivemos uma audiência pública aqui falando a respeito da qualidade de vida do brasiliense. Isso tem um impacto direto, porque existem as pessoas que são moradores de rua, mas existem também aqueles que não são moradores de rua. Nós precisamos entender que esse dever de casa é de todo cidadão e de toda cidadã. Para isso, presidente, nós precisamos ter mais segurança. Para isso, nós precisamos ter acesso à educação. Para isso, nós precisamos ter acesso à saúde.

Aqui, especificamente, foi falado a respeito de iluminação pública. A CEB esteve aqui presente, comprometendo-se a, nos próximos 3 anos, colocar iluminação de LED em todo o Distrito Federal.

Hoje, mais uma vez, um senhor de 69 anos foi esfaqueado dentro de um parque do Distrito Federal, em Águas Claras. Isso é muito sério.

Estamos fazendo um pedido para que o Ibram, a Secretaria de Segurança e a CEB possam colocar postes no Distrito Federal e, principalmente, nos parques, porque eles são meios de sociabilização e de qualidade de vida. Águas Claras precisa de segurança, e que ela seja proporcionada ao cidadão e à cidadã que estão caminhando e procurando saúde.

Estamos falando dos parques de Taguatinga, ouvi falar dos de Planaltina também. Precisamos de qualidade porque cada um que está aqui – quero ressaltar que estamos pedindo também por uma categoria do socioeducativo – é um cidadão e uma cidadã. Esta qualidade de vida é de todos nós: a qualidade de vida para que as nossas crianças possam se desenvolver, para que as nossas mulheres possam cada vez menos ter os seus direitos violados, suas oportunidades violadas. Este parlamento se faz presente para representar essas pessoas.

Presidente, outra coisa que eu gostaria de trazer. Não sei se há moradores do Plano Piloto aqui. Há moradores do Plano Piloto aqui? (Pausa.)

Moradores do Plano Piloto, moradores do Sudoeste e comerciantes do SIG e do SIA, está sendo apresentado um projeto – ele não vai passar, já foi decretado por um governo de 2004 – que vai implementar a zona verde. Entendemos a prioridade da zona verde na zona central do Distrito Federal porque precisamos fazer com que a nossa cidade seja cada vez mais sustentável, que o transporte público seja de qualidade e cada vez mais acessível às pessoas. O que estou falando é que nas quadras residenciais, nas quadras comerciais, vão ser aplicados 3 reais a hora para se estacionar.

Não conseguimos ainda constatar um estudo socioeconômico que justifique essa tributação, porque é mais um pagamento do cidadão que mora em uma quadra que muitas vezes não tem garagem. Estou falando de 3 reais a hora para você estacionar, muitas das vezes, na quadra em que você mora. Isso significa que, se a pessoa ficar 6 horas estacionada, em 30 dias, será 1 mil reais, deputado Chico Vigilante, no impacto orçamentário. Estamos falando de aposentados, de pessoas que não têm garagem em casa. Isso trará um impacto na qualidade de vida e no comércio.

Então, que possamos estar atentos a isso. Estamos dizendo que precisamos de um país e uma capital mais sustentável, mas precisamos de critérios para a aplicação disso em todos os lugares. Precisamos fazer com que esse projeto seja implementado na zona central, onde há a justificativa do estacionamento, mas não podemos onerar mais o cidadão com esse valor de ter que estacionar na sua quadra residencial ou na sua própria comercial. As pessoas não estão se atentando para isso e haverá impacto imenso a respeito disso.

Obrigada, presidente.

Que deus nos abençoe. (Palmas.)

PRESIDENTE (DEPUTADO PASTOR DANIEL DE CASTRO) – Obrigado, querida deputada Paula Belmonte.

Registro a presença do deputado Rogério Morro da Cruz e do deputado Gabriel Magno. Também registro a presença neste plenário do nosso querido amigo, ex-deputado e administrador regional de Taguatinga, bispo Renato Andrade. Seja bem-vindo à sua casa, querido.

Concedo a palavra ao deputado Chico Vigilante.

DEPUTADO CHICO VIGILANTE (PT. Como líder. Sem revisão do orador.) – Senhor presidente, senhoras e senhores deputados, deputado Gabriel Magno, quero chamar a atenção desta casa de leis. É preciso que todos os deputados comecem a entender que o Distrito Federal está indo para o caos.

Hoje, nós estamos com um crescente número de greves porque os trabalhadores não estão sendo atendidos. Hoje eu recebi em meu gabinete o pessoal da carreira de assistência à educação, que está em greve, 90% estão parados; recebi o pessoal do socioeducativo, da Secretaria de Ação Social, que também me falou que 90% dos servidores estão parados; recebi o sindicato dos professores, que lutam pela contratação de professores, porque hoje 54% deles são temporários. Ainda há os auditores fiscais, que também estão em greve. Estão fazendo operação padrão, isso é greve.

Eu propus a esta casa que um grupo de líderes partidários vão conversar com o governador Ibaneis para que possamos resolver esse problema. Não dá para continuar assim! Ninguém faz greve por querer fazer greve. Até porque o momento mais difícil da vida de um profissional é na hora da greve. Eu sei o que é fazer greve.

Não adianta judicializar a greve, porque não é juiz que resolve; o que resolve a greve é uma proposta para atender às reivindicações das categorias. É isso que resolve greve! Não adianta pegar a procuradoria, mandar entrar, aí dizer que a greve é ilegal. Ficar 7 anos sem reajuste não é ilegal? Pagar o que as pessoas pagam hoje para o Banco de Brasília não é ilegal? Mas dizem que é legal o desconto que os trabalhadores do GDF levaram quando da reforma previdenciária. Aí, na hora da greve, um juiz vai lá e dá uma canetada dizendo que ela é ilegal? Eles não voltarão ao trabalho por causa de canetada de juiz, só voltarão com negociação!

(Manifestação na galeria.)

DEPUTADO CHICO VIGILANTE – Há uma história de uma grande greve na Inglaterra, onde chegaram para o primeiro-ministro e propuseram que colocassem os grevistas na cadeia. O que ele disse? “Mandem o trem pagador que resolve a greve, não é cadeia que resolve greve.”

Portanto, é isto o que o governador Ibaneis deve fazer: chamar as categorias para negociar, mas com seriedade. Não adianta chamar vocês para dizer que não vai conceder nada, porque os trabalhadores ficam com mais raiva quando é dito isso. Estou falando isso porque eu sei, pois participei de dezenas, centenas de greve na minha vida. Quando nos chamam para conversar abobrinha, voltamos mais brabos.

Está na hora de termos uma mesa permanente de negociação com os trabalhadores, de mandar alguém que, efetivamente, represente o governador e fale em seu nome para resolver os problemas! É assim que se faz.

Portanto, sugiro que formemos uma comissão, por intermédio do deputado Wellington Luiz, para irmos conversar com o governo.

Não adianta também dizer que caiu a arrecadação, porque não concederam nada no tempo em que a arrecadação estava boa; agora, na hora do sacrifício, querem dividir o sacrifício com os trabalhadores, que sempre viveram em sacrifício. Isso também não é aceitável! Quando a arrecadação estava bombando, não chamaram ninguém para dar aumento; agora, que dizem que caiu, vêm dizer que não pode reajustar? Essa também eu não aceito.

Então, todas as categorias têm todo o meu apoio, toda a minha solidariedade e estão muito corretas em fazer esse movimento. (Palmas.)

PRESIDENTE (DEPUTADO PASTOR DANIEL DE CASTRO) – Concedo a palavra ao deputado Gabriel Magno.

Esta presidência informa que está chamando na ordem dos que estão presentes.

DEPUTADO GABRIEL MAGNO (Minoria. Como líder. Sem revisão do orador.) – Obrigado, presidente, boa tarde. Boa tarde aos servidores que mais uma vez ocupam o plenário desta Câmara Legislativa.

Eu quero dizer, presidente – concordando com o líder do Partido dos Trabalhadores, meu companheiro, deputado Chico Vigilante –, que o Distrito Federal hoje não tem governo – tenho dito isso repetidamente. O governador precisa começar a governar porque a cidade está entregue, está um caos, porque os servidores estão paralisando as suas atividades, e crescem as paralisações, porque há demandas reprimidas, porque não há diálogo e porque os serviços estão sendo sucateados.

O Governo do Distrito Federal retira cada vez mais direitos dos servidores. Nós fizemos ontem, presidente, uma audiência pública na Comissão de Educação, Saúde e Cultura para discutir a LOA do

ano que vem, encaminhada no dia 15 deste ano. Vejam que na LOA que o governo encaminhou, a despesa total com pessoal é de 36,21%, ou seja, 10% a menos do limite prudencial da LRF. Então, não tem desculpa para não tratar os servidores públicos desta cidade como eles merecem!

O governador não pode achar que os 6% concedidos este ano, abaixo da inflação, é um calabouço para os servidores. Não dá conta nem da inflação. E ele concede os 6% com uma mão, deputado Rogério Morro da Cruz, e tira com as duas mãos com o aumento abusivo e ilegal do Inas. No contracheque dos servidores não houve reajuste, eles nem vão sentir os 6% de aumento, porque fizeram a reforma da previdência, aumentaram o desconto, e agora estão aumentando o desconto do Inas. O governador fala de legalidade, mas descumpra a lei, porque a justiça disse para não dar o desconto do Inas, mas está no contracheque dos servidores o desconto do plano de saúde. O governador descumpra decisão judicial e não cumpre o que está previsto na própria legislação.

Eu concordo com o deputado Chico Vigilante, esta casa precisa se posicionar. Semana passada foi cobrada a independência do parlamento. Sugiro que hoje não votemos nenhum projeto do Executivo, porque o Executivo e o governador tratam assim os servidores desta cidade (Palmas). O governo, que é responsável por garantir o direito das pessoas desta cidade, está tratando com descaso essas pessoas. Por isso que a assistência social está em greve, por isso que os trabalhadores da educação estão em greve há 1 semana.

Haverá uma assembleia do SAE na porta desta casa na quinta-feira. Sugiro que, se o governo não receber as categorias, esta casa não vote os projetos de interesse dele. (Palmas.) Não há como o parlamento continuar funcionando enquanto o Governo do Distrito Federal desrespeita os servidores desta cidade.

Os ACS, os agentes comunitários de saúde já têm dinheiro pago do governo federal, é só encaminhar o projeto de lei da gratificação para esta casa. Está faltando o quê?

Os contratos temporários da saúde vão terminar. O governo vai esperar morrer mais gente nos hospitais? Porque é isso que está acontecendo. Os superintendentes regionais da saúde, os diretores de hospitais estão ligando e denunciando nesta comissão o caos e o colapso no Sistema Único de Saúde da capital. O governo vai fazer o quê? Vai ficar esperando?

Então, eu sugiro, presidente, que façamos isso, darmos esse recado, porque é assim que vamos valorizar o papel do parlamento, cobrando do governo e do Poder Executivo aquilo que é competência do governo, aquilo que inclusive está na lei.

Termino com mais uma denúncia. Está aqui um documento assinado pelo senhor secretário de Estado da Casa Civil, Gustavo do Vale Rocha; pelo secretário de Estado de planejamento, orçamento e administração, Ney Ferraz Júnior; e pela senhora secretária de Estado de educação, Hέλvia Paranaguá. Este documento, presidente, é um acordo que o governo assinou com a categoria dos professores, deputado Chico Vigilante. Foi por conta desse acordo...

(Soa a campainha.)

DEPUTADO GABRIEL MAGNO – Para concluir, presidente.

... que a categoria dos professores suspendeu a greve.

No primeiro ponto do acordo há a nomeação de todos os candidatos aprovados em concurso público. Até agora não houve nenhuma nomeação na educação! O governo não cumpre acordo, não conversa, não dialoga com as categorias. Mandou uma proposta de orçamento preocupante para esta casa, porque, para o ano que vem, a proposta do governo é zero para os servidores públicos. Ano que vem, a proposta do governo é menos nomeações ainda, é precarizar ainda mais o serviço público. E, pela proposta do governo, nós estamos 10% abaixo do limite prudencial da Lei de Responsabilidade Fiscal.

Então, não há mais desculpa. Não tem LRF, não tem mais Fundo Constitucional, porque o Congresso Nacional resolveu isso. Hoje, falta vontade do governo para tratar com o mínimo de decência e respeito os servidores públicos desta cidade.

Eu coloco aqui o nosso mandato à inteira disposição de vocês. E proponho, para terminar, de novo, presidente, que hoje esta casa não vote nenhum projeto do governo enquanto o governador não resolver isso e não receber as categorias.

PRESIDENTE (DEPUTADO PASTOR DANIEL DE CASTRO) – Obrigado, deputado Gabriel Magno.

Ainda nos Comunicados de Líderes, passo a palavra ao deputado Thiago Manzoni.

(Assume a presidência o deputado João Cardoso.)

DEPUTADO THIAGO MANZONI (PL. Como líder. Sem revisão do orador.) – Boa tarde, presidente; boa tarde aos parlamentares que estão aqui; boa tarde ao pessoal da carreira socioeducativa que está na galeria; boa tarde a você que nos acompanha pelo YouTube e pela TV Câmara Distrital.

Eu começo, presidente, o meu discurso dizendo que eu sinto muito pelo falecimento da servidora desta casa Catarina Lessa, servidora da Segunda-Secretaria, que faleceu nesse fim de semana e cujo enterro aconteceu ontem. Gostaria de começar este discurso me solidarizando com a família; com a equipe do deputado Roosevelt, que está sofrendo com essa perda, também; e com todos que, de alguma forma, tiveram contato com ela e a amavam.

Tendo feito essa menção, presidente, eu gostaria de me dirigir a toda a população do Distrito Federal para dizer que o dia 1º de outubro é um dia muito importante. O dia 1º de outubro é dia de elegermos os conselheiros tutelares. E é muito importante, é imprescindível que a população do Distrito Federal, majoritariamente conservadora e de direita, dirija-se até as urnas, escolha candidatos que defendem aquilo em que ela acredita – a população – e vote, deputado Joaquim Roriz Neto. Isso é muito importante. Os conselhos tutelares têm um papel primordial na nossa sociedade.

Tendo falado disso, eu gostaria de tratar de outro assunto, um assunto que nos toca a todos enquanto população do Distrito Federal, uma matéria que bate na porta das nossas casas, deputado Pastor Daniel de Castro, todos os dias: é a questão da defesa da vida, a questão da defesa da vida desde a sua concepção.

Eu tenho a alegria de poder me unir, como autor, deputado Pastor Daniel de Castro, a V.Exa.; ao deputado Iolando, que também assinou comigo; ao deputado João Cardoso; e ao deputado Roosevelt na propositura de um projeto de decreto legislativo. Nós propusemos um projeto de decreto legislativo que aprova a apresentação de proposta de emenda à Constituição Federal com o objetivo de incluir expressamente a defesa da vida desde a concepção como direito fundamental.

Eu vou ler daqui a pouco a propositura, mas antes disso eu gostaria de mencionar o texto constitucional que entrega para as assembleias legislativas a competência para propor PEC. É o art. 60 da Constituição Federal:

“A Constituição poderá ser emendada mediante proposta:

[...]

III – de mais da metade das Assembleias Legislativas das unidades da Federação, manifestando-se, cada uma delas, pela maioria relativa de seus membros”.

É com base neste dispositivo constitucional que nós estamos propondo emenda à Constituição Federal nos seguintes termos:

“Art. 1º Fica aprovada a apresentação, ao Senado Federal, da Proposta de Emenda à Constituição constante do anexo deste Decreto Legislativo, nos termos do disposto no inciso III do art. 60, da Constituição Federal.

Art. 2º Este Decreto Legislativo entra em vigor na data da sua publicação, devendo a Mesa Diretora oficial as Assembleias Legislativas dos demais Estados brasileiros para fins de adesão ao texto proposto e posterior protocolização da proposta junto ao Senado Federal.”

Qual é o texto anexo ao PDL da emenda proposta? Nós estamos incluindo um inciso no art. 5º, que fala dos direitos e garantias fundamentais do cidadão brasileiro, nos seguintes termos:

“Art. 1º O artigo 5º, da Constituição Federal, passa a vigorar acrescido do seguinte inciso:

‘Art. 5º

[...]

LXXX A vida será defendida de forma plena desde a concepção, devendo a lei estabelecer os parâmetros e medidas para a garantia dos direitos fundamentais do nascituro.’

Art. 2º Esta Emenda Constitucional entra em vigor na data de sua promulgação.”

Eu gostaria de agradecer a todos os deputados que assinaram a propositura junto comigo. Peço a cada um dos parlamentares que nos ajude a aprovar essa proposta de emenda à Constituição. Essa é uma questão de vida para a nossa população. Essa é uma questão de preservar aqueles que não têm defesa. Essa é uma questão de defender aqueles que não podem defender a si mesmos,

aqueles que estão para ser assassinados no útero da sua mãe, o lugar de maior proteção que deveria haver.

(Soa a campainha.)

DEPUTADO THIAGO MANZONI – Eu peço só mais um minuto, presidente, para dizer que, nos últimos dias, eu andei pensando para me colocar na posição contrária e tentar imaginar o que pode levar alguém a defender o aborto até 12 semanas de gestação. Eu não consegui chegar a nenhuma conclusão minimamente razoável que pudesse justificar alguém defender o assassinato dos bebês no útero da mãe. Talvez – e só talvez, deputado Iolando – seja porque, ao assassinar a criança no ventre da mãe, a gente não ouça os gritos. E talvez isso deixe as pessoas mais confortáveis para fazê-lo.

Este é mais um discurso, em nome do Partido Liberal, em defesa da vida desde a sua concepção, contra o aborto, e em defesa das prerrogativas e das competências dos poderes legislativos do Brasil.

Obrigado, presidente. (Palmas.)

PRESIDENTE (DEPUTADO JOÃO CARDOSO) – Obrigado, deputado Thiago Manzoni. Sábias palavras.

Concedo a palavra, pela liderança do PP, ao deputado Pastor Daniel de Castro. (Pausa.)

DEPUTADO THIAGO MANZONI – Senhor presidente, solicito o uso da palavra.

PRESIDENTE (DEPUTADO JOÃO CARDOSO) – Concedo a palavra a V.Exa.

DEPUTADO THIAGO MANZONI (PL. Sem revisão do orador.) – Eu cometi uma injustiça com o deputado Joaquim Roriz Neto. Ele assinou conosco também a proposta de emenda à constituição. Deputado Joaquim Roriz Neto, perdoe-me. Era só para fazer menção ao nome dele como um dos defensores da vida nesta casa.

Obrigado, presidente.

PRESIDENTE (DEPUTADO JOÃO CARDOSO) – Obrigado.

Concedo a palavra ao deputado Pastor Daniel de Castro.

DEPUTADO PASTOR DANIEL DE CASTRO (PP. Como líder. Sem revisão do orador.) – Presidente, deputado João Cardoso, que neste momento preside esta sessão, obrigado. Deputados e deputadas desta casa, assessores, amigos da galeria que aqui estão, imprensa que assiste a nós, eu quero, neste momento, trazer uma questão muito importante.

Hoje é 26 de setembro, portanto, aniversário do Assentamento 26 de Setembro. Quero que fique registrado nos anais desta casa, presidente, que hoje é o aniversário do Assentamento 26 de Setembro. O 26 de Setembro é um pedaço de Vicente Pires que já tem mais de 40 mil habitantes. O governador – quando administrador fui – me deu a honra de administrar esse pedaço, e nós cuidamos dele; mas é um pedaço que tem muita necessidade.

O bispo Renato conhece bem o local, esses dias ele esteve no 26 de Setembro e sabe que o pessoal vai construindo as suas casas e vão surgindo as necessidades. A rede de energia, por exemplo, presidente, é muito frágil, porque ela foi concebida para quando havia 5 mil, 6 mil moradores. Pense bem na situação de uma rede dessas com 40 mil, 50 mil habitantes. Ela não suporta. Portanto, a energia vive caindo, vive havendo problemas: as pessoas perdem seus eletroeletrônicos, os moradores muitas vezes chegam do serviço cansados e têm que tomar banho na água fria.

Há algum tempo o governo tem feito um trabalho com a Neoenergia e, ao mesmo tempo, o governador tem encaminhado, via estrutura de governo, a construção do projeto urbanístico para o 26 de Setembro. Na semana passada, eu estive com o doutor José Humberto – quero agradecer ao doutor José Humberto, à nossa vice-governadora Celina, ao nosso governador Ibaneis –, e o projeto urbanístico do 26 de Setembro já está na parte final da sua formalização, para que depois a Secretaria de Habitação o encaminhe para esta casa para a aprovação.

Também, deputado Chico Vigilante, na semana passada, eles me apresentaram o projeto da nova energia do 26 de Setembro. Na verdade, eu confesso que eu tremi na base porque serão 102 milhões necessários só para a energia. O governador já fez todo o apontamento e vai mudar a energia daquele pedaço.

No domingo, foi a comemoração do aniversário. Teve o corte do bolo, eu fui lá e clamei muito – lá estavam a assessora do deputado Joaquim Roriz Neto e o assessor do deputado Robério Negreiros

– para que os deputados todos destinem recurso, deputado Rogério Morro da Cruz, para o 26 de Setembro, porque vai precisar de muito dinheiro – são 102 milhões só para a energia.

Nós precisamos começar e deveremos começar com algo em torno de 20 milhões. Então, preciso da contribuição dos amigos deputados desta casa – até para amanhã irem lá fazer suas campanhas, fazer seus trabalhos, sua divulgação, dizer que se preocupam com o cidadão e que lá estão aportando recursos para mudar a vida daquelas pessoas.

Nós precisamos olhar a dignidade da pessoa humana. Precisamos, deputados e deputadas, olhar com muito carinho a vida dos moradores do 26 de Setembro. É uma vida muito sofrida, mas, graças a Deus, desde quando o governador assumiu, nós temos outra qualidade de vida. Por isso, rogo aos senhores essa ajuda e parabenizo cada morador, cada líder e cada comerciante do 26 de Setembro.

Outrossim, deputados, eu queria falar de uma pauta que, para nós, é muito cara – eu não sei se é para os outros deputados. Eu fico imaginando como um deputado, mesmo sendo de esquerda, amanhã vai fazer campanha pedindo voto para alguém vinculado a uma família cristã. Ser cristão não é ser evangélico, ser cristão significa ser seguidor de Cristo, o que envolve católicos, evangélicos, espíritas. E os cristãos não são favoráveis à morte, eles são favoráveis à vida – eu não sei se os deputados desta casa são.

Eu estou sendo convidado para dar palestra em nível nacional. Na semana passada, nós realizamos a VI Conferência Regional da Frente Parlamentar Evangélica do Congresso Nacional liderados pelo deputado Iolando. Tivemos a honra de receber nesta casa uma palestra do ministro André Mendonça, do Supremo Tribunal Federal, e do ministro Messias, advogado-geral da União deste governo, do governo do presidente Lula. Eles estavam aqui palestrando sobre vida. Eles são cristãos e se posicionam a favor da vida.

Eu estou andando, deputados, pela cidade. Eu sei o que estou ouvindo do povo. Eu sei o que estou ouvindo de mães e de pais de família no tocante à preservação da vida desde a concepção.

A esquerda tem essa nuance de transformar um debate que é extremamente importante dizendo que esta casa não é a casa deste debate. Aqui não podemos falar nem sobre aborto nem sobre descriminalização de drogas, que, diga-se de passagem, é um termo que eles usam para desvirtuar o que é liberação de drogas.

(Soa a campanha.)

DEPUTADO PASTOR DANIEL DE CASTRO (PP. Como líder. Sem revisão do orador.) – Descriminalização da droga não é descriminalização, é liberar a droga, a maconha, até 60 gramas. Como é que esta casa não se pauta para falar dessas matérias? Ora, aqui há brasileiros. Há brasileiros, que são brasileiros. Aqui são as nossas famílias.

Todos sabem, nesta casa, que sou pastor. Eu visito, todo final de semana, inúmeras igrejas. Eu ando nas feiras. Eu sei o que estou ouvindo da população. E, graças a Deus, está passando o plebiscito. Aí o Brasil vai dizer se quer, ou não, liberar o aborto.

Conversem com as mulheres. Conversem com as mães, aquelas que têm o sentimento de gerar, de ser mãe, de carregar no seu ventre aquele que será, no futuro, o seu filho ou a sua filha, aquele que será o seu menino ou a sua menina, gerados sob a ótica do Eterno. É o Eterno que gera. É o Eterno que dá à mãe a graça de gerar e trazer à luz da vida um ser, mas são a mãe e o pai que, quando nasce a criança, dizem: “É o meu filho; é a minha filha; é um pedaço de mim”.

Gente, aborto não é simplesmente o aborto por questão de vida. Aborto é assassinato de criança indefesa. Eu passei aqui um vídeo, na semana passada, do deputado federal Máximo, que é médico, especialista. Ele nos mostrou o que é um aborto. O aborto opera por 2 situações. A primeira é injeção – de bicarbonato de sódio, se não me engano. É uma injeção que é aplicada no coração do bebê e ele morre instantaneamente. Além de assassinato, deputado Joaquim Roriz Neto, é assassinato cruel, com requintes de crueldade.

(Soa a campanha.)

DEPUTADO PASTOR DANIEL DE CASTRO (PP. Como líder. Sem revisão do orador.) – Peço só mais um minuto, senhor presidente. No ordenamento jurídico, isso é crime hediondo, é crime com pena aumentada, porque é cometido por meios cruéis. Esse é o primeiro modelo.

Senhoras e senhores, vocês da galeria, aqueles que assistem a esta sessão, sabem como é o segundo modelo? É dilacerar o inocente. É uma tesoura que é inserida, via vaginal, na mãe, e vai ao

útero, deputado Jorge Vianna, cortando os pedaços. Quando você assiste a um aborto, você vai vendo a criança se desviando. E o médico disse para mim: "Você pode ver..." – eu estava vendo, juntamente com ele – "...a criança abrindo a boca? Sabe o que ela está fazendo? Ela está gritando. É como se estivesse pedindo socorro. Ela está gritando, porque ela sente dor. Ela é um ser humano."

Eu não posso perder a minha oportunidade de falar como deputado desta casa. Sou livre. Aqui é o meu parlamento, é a minha tribuna...

(Soa a campanha.)

DEPUTADO PASTOR DANIEL DE CASTRO (PP. Como líder. Sem revisão do orador.) – Para mim, pastor, é a minha tribuna de oração, é a minha tribuna de falar da Bíblia. Ninguém vai tirar de mim esse direito. É um direito que eu conquistei na urna. Foi a urna – quem acredita em mim, quem votou nos meus princípios – que me deu esse direito. Quem votou em mim sabia que eu viria aqui para orar, para falar da Bíblia, e eu não vou envergonhar esse povo que falou de mim.

Vou dizer uma coisa a todos os senhores que defendem o aborto. Pode até passar – o que eu acho impossível –, se passar, aquele que cometeu e aquela que autorizou um dia vão estar diante do tribunal. Pode não ser o tribunal dos homens, mas vai para o tribunal de Deus. Lá, vão ver a conversa mais forte. Lá, não terão nem o direito de defesa mais, porque é a palavra do Soberano contra você, pela sua atitude.

Presidente, mais uma vez, eu clamo: não ao aborto! Estamos começando uma campanha, via igreja, de recolhimento de assinaturas no Brasil. Vocês verão os milhões de assinaturas que nós recolheremos, nesta nação e mundo afora, e encaminharemos ao Congresso Nacional e ao Supremo Tribunal Federal dizendo não ao aborto! Deixem as nossas crianças em paz! Em nome de Jesus, eu peço isso.

Obrigado, presidente. (Palmas.)

PRESIDENTE (DEPUTADO JOÃO CARDOSO) – Obrigado, deputado Pastor Daniel de Castro.

Continuam os Comunicados de Líderes.

Concedo a palavra ao deputado Jorge Vianna.

DEPUTADO JORGE VIANNA (Bloco União Democrático. Como líder. Sem revisão do orador.) – Boa tarde, presidente, senhoras e senhores parlamentares. Boa tarde a todos os servidores da casa, a todos da comunicação, a todos da imprensa. Um boa-tarde especial a todos os nossos colegas servidores que estão praticando o ato democrático de vir a esta casa brigar pelos seus direitos. Boa tarde a todos vocês. (Palmas.)

Eu vou começar falando sobre essa última fala do nosso colega, deputado Pastor Daniel de Castro. Não sou pastor. Sou católico. Sou um profissional da área da saúde. Na hora em que ele falou sobre o aborto, eu me lembrei de uma frase que usamos na saúde, que é o ronco da cureta.

Para quem não sabe, cureta é um instrumento que parece uma concha. Ela é longa e de vários tamanhos. Essa concha é introduzida no útero da mulher para ficar raspando-o, desprender a criança quando ela está muito embrionária e tirar os pedaços que foram dilacerados por um outro instrumento. E ainda há um outro aparelho que faz uma sucção. Enfim, não é uma coisa muito agradável de se ver, mesmo para aqueles que têm experiência como nós da saúde.

Não é só por esse motivo que somos contra o aborto. Eu, infelizmente, não participei da discussão na semana passada. Muito se fala que no Brasil não há pena de morte, mas nós temos pena de morte sim. O aborto é uma pena de morte, mas, diferentemente de todos os países, aqui a pena de morte é aplicada ao inocente. Enquanto a pena de morte no mundo inteiro é aplicada aos culpados, aos criminosos, aqui, no Brasil, não. Aqui a pena de morte é aplicada aos inocentes que não têm nada a ver com a relação sexual que seus pais tiveram.

Nós não temos de atuar na consequência, e, sim, na causa. Por que as jovens estão engravidando? Muito se fala que liberação do aborto é salvar a vida de uma jovem que está fazendo clandestinamente o aborto. Ora, na verdade, é você se preocupar com a consequência e não querer saber o que está levando essas jovens a terem essa gravidez indesejada e tão prematura. Está faltando educação de saúde? Está faltando educação na casa delas? Está faltando Jesus no coração? O que está faltando? Nós temos que ir a esse foco, e não à consequência. A liberação do aborto, com o discurso de que vamos salvar vidas, salvaria um número de vidas infinitamente menor do que o de vidas que nós estamos matando ao fazer aborto. É só fazer os cálculos.

Esse tema é realmente polêmico, sempre foi e sempre será, mas aqui eu deixo claramente a

minha posição. Eu acho que o homem tem que ter posição na vida. Nós nunca podemos ficar em cima do muro. Nós temos sempre que ter a nossa posição. A minha posição é veementemente contrária ao aborto, porque eu sei o que ele causa numa pessoa, numa mulher. (Palmas.)

Muitas vezes, a jovem que pratica o aborto no ímpeto, na falta de maturidade, lá na frente, vai ter uma seqüela muito maior. Eu sei disso porque conheço várias pessoas que cometeram esse tipo de crime e, lá na frente, nunca tiveram uma vida psicologicamente saudável porque fizeram isso. Então, é algo muito complicado.

Nós temos que respeitar o desejo das pessoas, em especial o das mulheres, mas não podemos também banalizar uma coisa que é muito traumática e que, além disso, ceifa a vida de um inocente.

Presidente, eu quero lembrar que, na semana passada, eu estive com a categoria da educação, os antigos auxiliares de educação, que hoje são analistas, o apoio da educação. Eu e muitos deputados manifestamos apoio à greve e à luta justa pela incorporação da gratificação.

Quero lembrar que, hoje, faço parte da Comissão de Economia, Orçamento e Finanças desta casa e, embora exista um receio muito grande da frustração de receita para o próximo ano, na minha opinião e pelos números que se avizinham com relação ao orçamento de Brasília e do Brasil, eu vejo que nós teremos, sim, bons resultados nos próximos anos por ações feitas este ano, como o Refis, o incremento do ICMS, a mudança de alíquota do combustível – tanto no cálculo quanto no percentual –, a manutenção do Fundo Constitucional. Tudo isso, com certeza, vai dar força para que, no ano que vem, tenhamos um orçamento que possa cumprir todas as demandas.

Então, não vejo dificuldade em se fazer o pagamento para essa categoria hoje, este ano, com o recurso que há, já prevendo, no ano que vem, o recurso que nós teremos.

Senhoras e senhores, é natural, obviamente, que o governo tenha receio de fazer compromisso para o próximo ano. Isso é natural e compreensível, mas também nós não podemos deixar de fazer justiça com esses trabalhadores, que foram escanteados e marginalizados ao longo dos anos, porque parece que há uma cultura nacional de que educação só se faz com professores, saúde só se faz com médicos, segurança só se faz com delegado – e por aí vai.

Eu acho que não é assim. Está na hora de se mudar este sentimento de que as principais profissões são as mais valorizadas nas carreiras. Nós temos que valorizar desde o cara da limpeza até o diretor do hospital, do escrivão até o delegado, do auxiliar de educação até o professor. Isso, sim, é ser justo. Temos que acabar com esse estica e puxa e com essa valorização de algumas categorias por causa de determinados governos que lhes são partidários e por sindicatos que conseguem fortalecê-las em detrimento de outras categorias.

É por esse motivo que isso se tornou essa esculhambação total em Brasília, essa bagunça em diferentes carreiras que têm a mesma atuação, inclusive com a mesma escolaridade. Nós temos o caso em que nutricionistas da Secretaria de Educação ganham menos do que nutricionistas da Secretaria de Saúde. Não tem sentido isso. As 2 são nutricionistas, mas têm salários diferentes. Por quê? Porque, em determinado momento, um governo privilegiou uma categoria, um sindicato, um grupo partidário.

Temos que acabar com isso. Temos que fazer o nivelamento do nível superior em Brasília, todas as categorias de nível superior devem ter o mesmo vencimento. (Palmas.) Todos! Os de nível médio têm que ter o mesmo vencimento.

(Soa a campainha.)

DEPUTADO JORGE VIANNA (Bloco União Democrático. Como líder. Sem revisão do orador.) – Precisamos acabar com essa segregação e, principalmente, com esse preconceito.

Eu falo isso porque eu sou técnico de enfermagem concursado da Secretaria de Saúde, e meu salário sempre foi 50% do salário de alguém de nível superior, o que é um grande erro, pois, em qualquer carreira, quem toca mesmo o serviço é a galera de nível médio por ser a maioria.

É por essas e outras que temos que ajudar os nossos colegas servidores. Eu sei que há muitos aqui aguardando a tão sonhada incorporação, a tão sonhada nomeação em um concurso. Sabemos de tudo isso. Podem contar com esta casa, porque sei que a maioria dos deputados está extremamente a favor de vocês.

Para não me alongar muito, vou parar por aqui, mas, daqui a pouco, falarei mais.

Obrigado, presidente. (Palmas.)

PRESIDENTE (DEPUTADO JOÃO CARDOSO) – Obrigado, deputado Jorge Vianna.

Concedo a palavra ao deputado Iolando.

(Manifestações na galeria.)

(Assume a presidência o deputado Ricardo Vale.)

DEPUTADO IOLANDO (MDB. Como líder. Sem revisão do orador.) – Boa tarde, senhor presidente, senhoras e senhores deputados.

Estamos com a galeria cheia! Boa tarde a todos. Sejam bem-vindos.

Eu quero, primeiro, dizer da alegria de estar aqui, nesta tarde de hoje. Quero dizer, também, da minha satisfação, porque hoje é dia 26 de setembro, data em que se comemora o Dia Nacional dos Surdos, um dia muito emblemático para o Distrito Federal e para o país. Como é um dia nacional, o país inteiro hoje o comemora.

Temos a grata satisfação de ver que, neste dia, temos muito a comemorar em Brasília, desde a nossa atuação, em 2019, quando nos licenciamos do nosso primeiro mandato e assumimos uma secretaria. Nesta casa, por proposta minha, deputado Iolando, foi criada a primeira Secretaria da Pessoa com Deficiência do Distrito Federal.

As pessoas com deficiência, em especial os surdos – hoje é uma data comemorativa para eles –, podem se alegrar bastante, porque conquistamos essa secretaria. Dentro da secretaria, também apresentamos projetos, criando o Cadastro Único da Pessoa com Deficiência. Nós vinculamos todos os órgãos do Distrito Federal à causa da pessoa com deficiência. Ela pode adentrar qualquer órgão de repartição pública que terá ali apresentada toda a sua vida, todo o seu fichário, todo laudo médico que corresponda à sua deficiência, além de saber dos seus direitos.

Nós temos que comemorar, porque criamos a segunda escola bilíngue do Distrito Federal. Uma das escolas está em Taguatinga. Escolas bilíngues são aquelas com formação na língua portuguesa e na língua de sinais, que é também uma língua oficial do Brasil. Nós temos 2 línguas oficiais no Brasil.

Criamos a escola bilíngue há muito tempo e agora, por meio de nossos trabalhos feitos na Secretaria de Educação; do apoio do governador Ibaneis, da secretária Hέλvia, do secretário José Humberto; tivemos esse privilégio na quadra 912 sul, um espaço que estava obsoleto. Nós conseguimos fazer com que aquele espaço fosse destinado à criação da segunda escola bilíngue do Distrito Federal. Isso nos orgulha bastante. Hoje nós temos muito a comemorar.

Outro ponto que nós temos a comemorar é o meu projeto de lei, sancionado pelo governador Ibaneis, que dá à pessoa com deficiências permanentes o direito de não mais precisar revalidar os seus laudos, uma vez que isso obstruía a lista de pessoas na Secretaria de Saúde. Agora ela não mais precisa apresentar os seus laudos anualmente. Agora aqueles com deficiências permanentes têm a garantia dos seus direitos. Isso foi aprovado por nós. São garantias e conquistas que esta casa conseguiu para essa categoria. Dia 26 de setembro é o um dia nacional de luta das pessoas surdas. Para nós, isso é um orgulho muito grande.

Um segundo ponto de que quero falar é um projeto de lei de minha autoria que está tramitando nesta casa. É sobre o teleassédio moral organizacional no teletrabalho. É um projeto de minha autoria. Ele está tramitando nesta casa.

Eu tenho em minhas mãos um livro da doutora Rebeca de Magalhães Melo. Ela é advogada e sua dissertação de mestrado foi sobre o teleassédio moral organizacional no teletrabalho. Eu achei bastante importante o tema. Ela fez uma referência à minha pessoa e ao projeto de lei que protocolei nesta casa. Para nós, é um orgulho muito grande ver que os nossos projetos têm sido debatidos e têm sido abordados em trabalhos de mestrados e doutorados no Distrito Federal e no país. Isso, para mim, é um orgulho muito grande. Eu quero parabenizar a doutora Rebeca de Magalhães Melo por essa iniciativa maravilhosa de, no mestrado dela, ter apresentado essa dissertação. É um orgulho muito grande para mim.

Outro ponto que eu quero discutir, senhor presidente, é a questão de um caso, ocorrido em Sorocaba, em São Paulo, de uma pessoa com deficiência. Ela é sindicalizada, como muitos de vocês que estão aqui. Ela tem uma deficiência visual e não quis mais ser sindicalizada.

Com a norma votada pelo Supremo Tribunal Federal, neste ano de 2023, que deu aos sindicatos poderes de ter legalidade jurídica e constitucional para criarem as contribuições sindicais na folha de cada um dos servidores, essa pessoa se sentiu no direito de não mais querer participar do sindicato.

O Supremo Tribunal Federal também deixou claro que quem não quiser participar do sindicato

não é obrigado. A pessoa, simplesmente, faz uma carta de desfiliação e não terá nenhum ônus para sair do sindicato.

Entretanto, o contrário aconteceu com essa jovem deficiente visual. Ela foi fazer a reivindicação para sair do sindicato, e o sindicato cobrou uma taxa...

(Soa a campainha.)

DEPUTADO IOLANDO (MDB. Como líder. Sem revisão do orador.) – O sindicato cobrou uma taxa de 150 reais para ela se desfiliar. Como ela não achou adequada aquela posição do sindicato, entrou em contato com a justiça para requerer os seus direitos.

Ela também foi ameaçada pelo sindicato, que disse que ligaria para o patrão dela e pediria a ele para demiti-la, o que gerou um processo muito problemático. Enfim, o sindicato não agiu de boa-fé com essa pessoa.

Quero colocar o nosso gabinete – quarto andar, deputado Iolando – à disposição, em prol das pessoas com deficiência que não estão satisfeitas com os sindicatos ou que querem se dessindicalizar. Podem nos procurar. Há uma equipe técnica e uma equipe de advogados que realmente vão dar apoio àquelas pessoas com deficiência que não querem permanecer no sindicato, às que se sentem obrigadas a permanecer no sindicato ou mesmo obrigadas a pagar alguma taxa para ele. Elas podem nos procurar, porque elas não têm obrigação de permanecer nesse grupo.

Acredito que estamos no caminho da democracia. Não é democracia o que está sendo praticado por esse sindicato em Sorocaba, em São Paulo, ainda mais em se tratando de uma deficiente.

Nós repudiamos essa atitude e estamos à disposição para que eventos como esse não aconteçam em Brasília. Estamos colocando à disposição uma equipe técnica para favorecer as pessoas com deficiência.

Para finalizar a minha fala em 30 segundos, o sindicato dos Avas está nos procurando há algum tempo. Na reunião passada, presidente, foi decidida a possibilidade de marcar um encontro do presidente do sindicato com o governador, com o secretário de planejamento e com o secretário de saúde para que possamos encontrar um caminho para a solução dos problemas dessa categoria. Já está bem avançada a questão deles, mas ainda falta...

(Soa a campainha.)

DEPUTADO IOLANDO (MDB. Como líder. Sem revisão do orador.) – ... sermos atendidos pelo governador.

Obrigado, presidente. Obrigado, pessoal. (Palmas.)

(Assume a presidência o deputado Pastor Daniel de Castro.)

PRESIDENTE (DEPUTADO PASTOR DANIEL DE CASTRO) – Passo a presidência para o nosso querido presidente, deputado Wellington Luiz.

(Assume a presidência o deputado Wellington Luiz.)

(Palmas.)

PRESIDENTE (DEPUTADO WELLINGTON LUIZ) – Obrigado, deputado Pastor Daniel de Castro.

Assumo a presidência.

Saúdo todos os meus colegas parlamentares, assessores, todos os que aqui estão legitimamente lutando pelos seus direitos, pelas suas garantias. Daqui a pouco, falaremos de cada uma dessas categorias.

Antes de conceder a palavra ao deputado João Cardoso, passaremos ao expediente.

Sobre a mesa, expediente que será lido pelo senhor secretário.

(Leitura do expediente.)

PRESIDENTE (DEPUTADO WELLINGTON LUIZ) – O expediente lido vai a publicação.

Obrigado, deputado Pastor Daniel de Castro. Agradeço o período em que assumiu esta presidência, bem como ao nosso vice-presidente.

Concedo a palavra ao deputado João Cardoso.

DEPUTADO JOÃO CARDOSO (AVANTE. Como líder. Sem revisão do orador.) – Senhor

presidente, cumprimento as deputadas e os deputados presentes, a assessoria, aqueles que assistem a nós pela TV Câmara Distrital.

Hoje, dia 26 de setembro, é dia de São Cosme e São Damião.

Eu quero aqui cumprimentar, também, claro, a galeria que está lotada de servidores públicos, do sistema socioeducativo, da PPGE. (Palmas.)

Presidente, são 2 os assuntos em relação a essa categoria do sistema socioeducativo. Eu, como já anunciei, fui por 3 anos subsecretário do sistema socioeducativo. Eu digo, presidente, que os 3 anos – em 32 anos de serviço público – em que eu mais sofri como gestor e como funcionário público foram na carreira do sistema socioeducativo. E por quê? Por conta das condições de trabalho que lá existiam, por conta da falta de valorização que esses servidores sempre tiveram. A carreira é análoga à do sistema penitenciário, mas as vantagens e o reconhecimento não são os mesmos. Eu vi várias situações, infelizmente.

Hoje, nós temos 2 situações. Temos a carreira que legitimamente entrou com a greve solicitando a GAR, o que me parece já ter sido apaziguado, por enquanto, pelo Tribunal de Contas, que emitiu uma liminar.

Há a questão do serviço voluntário deles, que é muito esquisito, pois muitas vezes estão sendo penalizados quando faltam ao serviço voluntário. Achei muito estranho. Pedi para procurar em todas as outras carreiras de serviço voluntário e nenhuma tem isso. É uma coisa que temos que verificar junto à Secretaria de Justiça.

Há também a questão da reestruturação da carreira, que, segundo nos passaram, essa é uma conversa que já tem sido feita com o governo e com a própria Secretaria de Justiça.

Uma outra situação é a do concurso que houve para o sistema socioeducativo. Hoje, existem servidores aptos a fazer o segundo curso, mas o Governo do Distrito Federal ainda não se manifestou em fazer esse segundo curso, por quê? Economizaríamos dinheiro, teríamos já pessoas prontas para fazer o curso e assumir o sistema socioeducativo. (Palmas.)

Então, eu me coloco à disposição, como sempre me coloquei, do sistema socioeducativo.

Há, também, presidente, uma outra carreira, que é a carreira Assistência à Educação, a PPGE, que também está de greve. Essa carreira está aguardando a GIC, que é uma gratificação. Esse processo correu, mas, a princípio, por razão orçamentária, não foi concedida à carreira deles.

Há, também, os auditores da nossa Secretaria de Economia.

Então, nós temos acompanhado essas carreiras. Hoje já são 54 carreiras que eu acompanho, como servidor público de 2 carreiras que sou – auditor e professor. Tenho acompanhado isso, presidente, com V.Exa. o tempo todo, pois não dou nem um passo sem falar com V.Exa., que também tem acompanhado o tema como servidor público. Sempre me coloco à disposição.

Não só eu e o presidente, deputado Wellington Luiz, mas também os outros 23 deputados que aqui estão têm acompanhado essas carreiras também, porque aqui nós não ficamos atrás de louros, ficamos atrás de procurar melhorar o serviço público do Distrito Federal, porque, melhorando o serviço público, a população é que vai ganhar.

Então, nós entramos em contato, presidente, na sexta-feira, com o governo. O governo resolveu abrir a conversação. O presidente já marcou a reunião, na qual eu e o deputado Wellington Luiz estaremos presentes. Os demais deputados estão convidados a estarem presentes. A reunião será na quinta-feira, às 10 horas, com o secretário de planejamento, Ney Ferraz.

Nós vamos nos sentar primeiro com ele – este parlamento com o Governo do Distrito Federal –, e possivelmente as carreiras serão chamadas, os seus comandos de greve serão chamados para conversar sobre essa questão que hoje está acontecendo, que não é boa para ninguém. Não é bom para o Governo do Distrito Federal.

Isso foi uma determinação que o próprio governador Ibaneis fez. Ele entrou em contato com o secretário do planejamento, passou essa missão para ele. Também agradeço ao governador sua iniciativa para nós não ficarmos na inércia. Fico contente pela iniciativa do governador Ibaneis Rocha.

Agradeço demais esse apoio que o deputado presidente desta casa está dando para as carreiras aqui do Distrito Federal e agradeço demais também aos outros 23 deputados desta casa.

Nós temos o Poder Legislativo e temos o Poder Executivo. Nós temos que estar juntos para que o serviço público do DF seja cada vez mais de excelência, de qualidade. E quem ganha, como eu

sempre falo, é a população.

(Soa a campanha.)

DEPUTADO JOÃO CARDOSO (AVANTE. Como líder. Sem revisão do orador.) – Presidente, já finalizando, eu gostaria de falar sobre a questão de Sobradinho I. Lá nós temos colocado emendas parlamentares, calçadas têm sido feitas. Hoje a revitalização de todas as calçadas de Sobradinho I e estacionamentos nas escolas têm sido feitos. Nós temos os ônibus escolares – antes era uma confusão na hora da saída. Meus filhos são estudantes de escola pública, eu os levo à escola e sei como é.

Hoje nós estamos conseguindo fazer, com a parceria da Novacap e do DER, com emendas parlamentares, vários estacionamentos lá na cidade. Também temos uma pista de *mountain bike*, cuja revitalização era muito desejada. Ela foi revitalizada, foi reconstruída na verdade, e hoje está funcionando. Quero agradecer, sim, ao administrador de Sobradinho, Gutemberg, pelo empenho com que tem levado a Administração Regional de Sobradinho I.

Em relação à Administração de Sobradinho II, também gostaríamos de prestar contas em relação a quê? A tudo aquilo em que temos colocado as emendas, que tem sido feito.

Primeiro, as calçadas. Em Sobradinho II, também hoje estão revitalizadas as calçadas. Os pedestres podem se deslocar com tranquilidade, com qualidade, com segurança. As lâmpadas de LED foram instaladas em quase toda cidade de Sobradinho II, em vários locais – em poucos locais hoje faltam lâmpadas de LED. Isso é muito importante. Nós as temos colocado também em Sobradinho I, e continuaremos colocando naquela região também.

A instalação de placas de endereçamento do Setor de Mansões foi uma solicitação que eles fizeram, por quê? No Setor de Mansões há uma confusão na questão das placas, então foi feito todo um projeto para que, no Setor de Mansões de Sobradinho II, as placas sejam colocadas, e o problema de endereçamento vai acabar.

Há também, é claro, as reformas que temos feito em todas as 52 escolas de Sobradinho I, II e Fercal. Temos colocado verba desde então. Fiscalizamos. Hoje as escolas estão...

(Soa a campanha.)

DEPUTADO JOÃO CARDOSO (AVANTE. Como líder. Sem revisão do orador.) – ... com qualidade bem melhor.

Há uma questão que tem aparecido nos jornais, a de que nós tínhamos destinado verba para colocar ar-condicionado em todas as salas de aula de todas as 52 escolas de Sobradinho. Só que o sistema elétrico não suportou. Tivemos agora que aportar emenda parlamentar.

Agradeço ao Governo do Distrito Federal, ao secretário Maurício, que sempre está liberando as emendas; ao nosso secretário Ney; e ao governador Ibaneis Rocha por refazer mais ou menos 10 subestações dessas escolas que estão com problema de ar-condicionado. As verbas estão sendo liberadas, vai dar tudo certo.

Por fim, presidente, temos uma boa notícia para a região de Sobradinho II, a pavimentação da Vila Basevi, cujo projeto já está em andamento; a Rabelo; da Travessia do Versalhes; da vicinal DF-215. Há também a reforma da pista de esquite de Sobradinho II; o projeto de drenagem de águas pluviais do Setor de Mansão de Sobradinho, que é muito necessária, e também do Grande Colorado.

Eu agradeço ao diretor do DER, Fauzi Nacfur; ao Paulinho, que é o coordenador da sub-regional do DER; ao presidente da Novacap, Fernando Leite; e, claro, ao governador pela equipe técnica de excelência que ele tem à frente das secretarias e dos órgãos do governo.

Obrigado, presidente. As carreiras podem contar conosco sempre.

PRESIDENTE (DEPUTADO WELLINGTON LUIZ) – Obrigado, deputado João Cardoso. Publicamente agradeço o apoio que V.Exa. tem-nos dado representando a Câmara Legislativa nas discussões em defesa dos nossos servidores públicos – cito a carreira socioeducativa, a carreira dos auditores e o SAE, que estão no movimento.

Quero também fazer uma ressalva para o caso dos Avas e do ACS exatamente pelo papel importante que têm em Brasília. Estamos tendo cuidado com isso. Expliquei para Yuri que, no caso de vocês, a situação é diferente por conta do fundo. Então, há uma adesão política que nós estamos discutindo com o governador e com o nosso secretário Gustavo Rocha. Tenho certeza de que serão sensíveis para discutirmos exatamente a condição diferenciada de vocês, por conta da fonte de recurso.

As demais carreiras, nós estamos discutindo no plano orçamentário; no caso de vocês, no plano político, já que a própria secretaria informou que há recurso em uma fonte própria, que é a fonte do ministério.

Encerrados os Comunicados de Líderes.

Passa-se aos

Comunicados de Parlamentares.

Conforme acordo dos líderes, abro os Comunicados de Parlamentares e encerro-os para que entremos na Ordem do Dia.

Deputado Max Maciel e deputado Hermeto pediram para fazer uso da palavra. Não haverá prejuízo para as manifestações dos nossos deputados.

Dá-se início à

ORDEM DO DIA.

(As ementas das proposições foram reproduzidas de acordo com a Ordem do Dia disponibilizada pela Secretaria Legislativa/CLDF.)

PRESIDENTE (DEPUTADO WELLINGTON LUIZ) – Consulto os líderes se há acordo para superar o sobrestamento dos 235 vetos da Ordem do Dia para votarmos as demais proposições das sessões ordinária e extraordinária.

Não havendo manifestação em contrário, solicito ao secretário que proceda à leitura do primeiro item para votação.

Item nº 275:

Discussão e votação, em turno único, do Projeto de Decreto Legislativo nº 37/2023, de autoria do Deputado Wellington Luiz, que “concede o Título de Cidadão Honorário de Brasília ao Senhor Procurador-Geral de Justiça do Ministério Público do Distrito Federal e Território, Georges Carlos Fredderico Moreira Seigneur”.

A proposição não recebeu parecer da CAS e da CCJ.

A presidência designa o deputado Thiago Manzoni para emitir parecer sobre a matéria.

Solicito ao relator, deputado Thiago Manzoni, que emita parecer da Comissão de Constituição e Justiça sobre a matéria.

DEPUTADO THIAGO MANZONI (PL. Para emitir parecer. Sem revisão do orador.) – Senhor presidente, senhoras e senhores deputados, parecer da Comissão de Constituição e Justiça ao Projeto de Decreto Legislativo nº 37/2023, de autoria do Deputado Wellington Luiz, que “concede o Título de Cidadão Honorário de Brasília ao Senhor Procurador-Geral de Justiça do Ministério Público do Distrito Federal e Territórios, Georges Carlos Fredderico Moreira Seigneur”.

O parecer da Comissão de Constituição e Justiça é pela admissibilidade da concessão do mencionado título de cidadão honorário de Brasília.

É o parecer.

PRESIDENTE (DEPUTADO WELLINGTON LUIZ) – Muito obrigado.

Em discussão. (Pausa.)

Não havendo quem queira discutir, encerro a discussão.

Em votação.

Os deputados que aprovam o parecer permaneçam como estão; os que forem contrários queiram manifestar-se. (Pausa.)

O parecer está aprovado com a presença de 22 deputados.

Discussão e votação do Projeto de Decreto Legislativo nº 37/2023, em turno único.

Em discussão. (Pausa.)

Não havendo quem queira discutir, encerro a discussão.

Peço à assessoria da Mesa que abra o painel de votações.

Em votação.

Os deputados que votarem “sim” estarão aprovando o projeto; os que votarem “não” estarão rejeitando-o.

Solicito às senhoras e aos senhores deputados que registrem o voto nos terminais.

Votação aberta.

(Procede-se à votação pelo processo eletrônico.)

PRESIDENTE (DEPUTADO WELLINGTON LUIZ) – Votação encerrada.

A presidência vai anunciar o resultado da votação: 15 votos favoráveis.

Está aprovado.

DEPUTADO PASTOR DANIEL DE CASTRO – Senhor presidente, solicito o uso da palavra.

PRESIDENTE (DEPUTADO WELLINGTON LUIZ) – Concedo a palavra a V.Exa.

DEPUTADO PASTOR DANIEL DE CASTRO (PP. Sem revisão do orador.) – Senhor presidente, de acordo com a aprovação do Requerimento nº 128/2023, solicito a dispensa do interstício, nos termos do § 1º do art. 204 do Regimento Interno, e que se dê como lida e aprovada a redação final.

PRESIDENTE (DEPUTADO WELLINGTON LUIZ) – Não havendo objeção do Plenário, a presidência acata a solicitação de V.Exa. (Pausa.)

Passa-se à imediata apreciação da matéria.

Discussão da redação final do Projeto de Decreto Legislativo nº 37/2023, de autoria do Deputado Wellington Luiz, que “concede o Título de Cidadão Honorário de Brasília ao Senhor Procurador-Geral de Justiça do Ministério Público do Distrito Federal e Território, Georges Carlos Fredderico Moreira Seigneur”.

Em discussão a redação final. (Pausa.)

Não havendo quem queira discutir, encerro a discussão.

Encerrada a discussão, sem emendas ou retificações, a redação final é considerada definitivamente aprovada, dispensada a votação.

O projeto vai a promulgação.

DEPUTADA PAULA BELMONTE – Senhor presidente, solicito o uso da palavra.

PRESIDENTE (DEPUTADO WELLINGTON LUIZ) – Concedo a palavra a V.Exa.

DEPUTADA PAULA BELMONTE (CIDADANIA. Sem revisão da oradora.) – Presidente, eu tenho que me pronunciar para parabenizar essa sua iniciativa de conceder esse título de cidadão honorário ao Dr. Georges. Ele é uma pessoa que é referência na Procuradoria. Nós tivemos um trabalho junto com ele e com a doutora Fabiana lá na Câmara dos Deputados, e me honra muito estar aqui, participando desta votação para que possamos entregar, nesta casa legislativa, representante do povo, esse título de cidadão honorário para o doutor Georges.

Presidente, eu tenho algumas agendas, mas eu vou fazer de tudo para que eu possa, em algum momento, estar presente a essa tão importante entrega do título de cidadão honorário para o doutor Georges.

Era só para parabenizar a iniciativa do senhor.

PRESIDENTE (DEPUTADO WELLINGTON LUIZ) – Obrigado, deputada Paula Belmonte. Eu gostaria muito de contar com a presença de V.Exa. O procurador falou várias vezes do trabalho que foi feito com V.Exa. na Câmara dos Deputados. Portanto, muito nos honraria, inclusive, que V.Exa. se sentasse ao nosso lado aqui para essa importante entrega.

Muito obrigado, deputada.

DEPUTADO PASTOR DANIEL DE CASTRO – Senhor presidente, solicito a palavra para declaração de voto.

PRESIDENTE (DEPUTADO WELLINGTON LUIZ) – Concedo a palavra ao deputado Pastor Daniel de Castro para declaração de voto.

DEPUTADO PASTOR DANIEL DE CASTRO – (PP. Para declaração de voto. Sem revisão do

orador.) – Eu também quero aqui, presidente, ressaltar a importância desse título de cidadão honorário ao doutor Georges, que é o nosso procurador-chefe do Ministério Público, uma pessoa extremamente honrada, solícita, acessível, o que é muito importante, e disposta a também dialogar com todas as classes, inclusive com este Poder Legislativo.

Nós estivemos com ele lá, um grande grupo de deputados. Então, acho que V.Exa. foi de uma felicidade enorme ao conceder esse título, e me honra muito poder votá-lo favoravelmente. Quero deixar isso consignado.

Obrigado.

PRESIDENTE (DEPUTADO WELLINGTON LUIZ) – Obrigado, deputado. Eu o assinei, mas esse título é entregue em nome de todos os parlamentares, inclusive, agradecendo o voto de cada um dos senhores e das senhoras.

DEPUTADA DAYSE AMARILIO – Senhor presidente, solicito o uso da palavra para declaração de voto.

PRESIDENTE (DEPUTADO WELLINGTON LUIZ) – Concedo a palavra à deputada Dayse Amarilio para declaração de voto.

DEPUTADA DAYSE AMARILIO (PSB. Para declaração de voto. Sem revisão da oradora.) – Presidente, eu tive a honra de fazer a relatoria na CAS. Eu queria parabenizar o senhor, nosso presidente.

Eu conhecia o doutor Georges de nome e eu tive a felicidade de conhecê-lo pessoalmente. Ele tem um carisma, uma simplicidade, apesar da importância do cargo que ocupa dentro de um órgão que diz tanto para o Distrito Federal, um órgão que representa o povo do Distrito Federal.

Quero parabenizar, mandar uma saudação e dizer que eu tive a honra de fazer o relatório. Estou muito feliz com esse título.

Obrigada, presidente.

PRESIDENTE (DEPUTADO WELLINGTON LUIZ) – Obrigado, deputada.

Agradeço o carinho e a diligência na aprovação do PDL na casa, do qual V.Exa., inclusive, foi a relatora.

DEPUTADO ROBÉRIO NEGREIROS – Senhor presidente, solicito o uso da palavra.

PRESIDENTE (DEPUTADO WELLINGTON LUIZ) – Concedo a palavra a V.Exa.

DEPUTADO ROBÉRIO NEGREIROS (PSD. Sem revisão do orador.) – Presidente, peço, se possível, que seja feita uma inversão de pauta para colocar o Item nº 239, que é o Projeto de Lei nº 2.872/2022 de autoria do Executivo, e o Item nº 240, que é o 453/2023, se possível.

PRESIDENTE (DEPUTADO WELLINGTON LUIZ) – Deputado, o acordo ontem no Colégio de Líderes foi para que votássemos primeiro os PDLs e, na sequência, os projetos do Executivo. Eu pretendo assim fazer, inclusive os do Tribunal de Contas também. Então, a ideia é tentarmos votar, se todos concordarem, em bloco, os PDLs.

O deputado Iolando e o deputado Thiago Manzoni já manifestaram algumas preocupações, e é óbvio que os outros deputados também, mas, se pudermos seguir normalmente... Não tenho o direito de pedir isto, mas, quanto menos polemizarmos, mais rápido votamos, e, depois da votação, deputado Iolando, V.Exa., que tem sido firme nas suas posições, quebra o pau. Pode ser? (Risos.) Dizem que agora é deputado Iolando paz e amor.

DEPUTADO IOLANDO – Senhor presidente, solicito o uso da palavra.

PRESIDENTE (DEPUTADO WELLINGTON LUIZ) – Concedo a palavra a V.Exa.

DEPUTADO IOLANDO (MDB. Sem revisão do orador.) – Presidente, quero, inclusive, já deixar bem claro, que tivemos um momento, na semana passada, bem acalorado aqui nesta casa, e o responsável foi o ar-condicionado desligado também, que fomentou ainda mais o calor aqui da discussão. Entrei quase em vias de fato com o deputado Chico Vigilante, pelo qual eu tenho um respeito muito grande. Eu admiro o trabalho do deputado Chico Vigilante, nós divergimos aqui até em excesso, e até falei aqui, em público, que iria entrar com uma representação ao deputado Chico Vigilante no Conselho de Ética, mas quero deixar bem claro e público, inclusive registrado nas notas taquigráficas, que eu não farei isso, deputado Chico Vigilante. Eu não farei isso. Fiz todo um levantamento junto com os advogados, presidente deputado Wellington Luiz, e levantamos tudo, mas

meu coração disse que eu não devo fazer isso. Quero dizer, em público – que seja registrado –, que estou rasgando aquela fala minha perante a comunidade, perante V.Exa. e todos os deputados aqui. Eu te amo em Cristo Jesus! V.Exa. está perdoada. Pode ter certeza de que vamos continuar nas discussões das ideias. Está bem, deputado Chico Vigilante?

Obrigado, presidente.

PRESIDENTE (DEPUTADO WELLINGTON LUIZ) – Obrigado, deputado Iolando. Esse seu coração não tem espaço para rancor, eu nunca tive dúvida disso.

DEPUTADO CHICO VIGILANTE – Senhor presidente, solicito o uso da palavra.

PRESIDENTE (DEPUTADO WELLINGTON LUIZ) – Concedo a palavra a V.Exa.

DEPUTADO CHICO VIGILANTE (PT. Sem revisão do orador.) – Muito obrigado ao deputado Iolando. Eu estava me lembrando do dia em que houve a sessão em Brazlândia, que fomos lá na casa dele comer aquela galinha. Eu falei: “E agora, como é que vai ser a próxima sessão? Não vamos ter galinha, não é?” Mas, agora, a galinha está restabelecida. (Risos.)

Obrigado, deputado. (Palmas.)

PRESIDENTE (DEPUTADO WELLINGTON LUIZ) – Obrigado, deputado Chico Vigilante.

Não havendo mais manifestação em contrário. Votaremos os PDLs em bloco. Primeiro os pareceres e depois, em turno único, todos os PDLs.

Item nº 276:

Discussão e votação, em turno único, do Projeto de Decreto Legislativo nº 30/2023, de autoria do Deputado Pastor Daniel de Castro, que “Concede o Título de Cidadão Honorário de Brasília ao Excelentíssimo Ministro André Mendonça”.

A proposição não recebeu parecer das comissões. A CAS e a CCJ deverão se manifestar sobre o projeto.

Solicito à presidente da CAS, deputada Dayse Amarilio, que designe relator para a matéria ou avoque a relatoria.

DEPUTADA DAYSE AMARILIO – Senhor presidente, designo o deputado Martins Machado.

PRESIDENTE (DEPUTADO WELLINGTON LUIZ) – Solicito ao relator, deputado Martins Machado, que emita parecer da Comissão de Assuntos Sociais sobre a matéria.

DEPUTADO MARTINS MACHADO (REPUBLICANOS. Para emitir parecer. Sem revisão do orador.) – Senhor presidente, senhoras e senhores deputados, parecer da Comissão de Assuntos Sociais ao Projeto de Decreto Legislativo nº 30/2023, de autoria do Deputado Pastor Daniel de Castro, que “Concede o Título de Cidadão Honorário de Brasília ao Excelentíssimo Ministro André Mendonça”.

O parecer da Comissão de Assuntos Sociais é pela aprovação do Projeto de Decreto Legislativo nº 30/2023.

PRESIDENTE (DEPUTADO WELLINGTON LUIZ) – Em discussão. (Pausa.)

Não havendo quem queira discutir, encerro a discussão.

Em votação.

Os deputados que aprovam o parecer permaneçam como estão; os que forem contrários queiram manifestar-se. (Pausa.)

O parecer está aprovado com a presença de 19 deputados.

Solicito ao relator, deputado Chico Vigilante, que emita parecer da Comissão de Constituição e Justiça sobre a matéria.

DEPUTADO CHICO VIGILANTE (PT. Para emitir parecer. Sem revisão do orador.) – Senhor presidente, senhoras e senhores deputados, parecer da Comissão de Constituição e Justiça ao Projeto de Decreto Legislativo nº 30/2023, de autoria do Deputado Pastor Daniel de Castro, que “Concede o Título de Cidadão Honorário de Brasília ao Excelentíssimo Ministro André Mendonça”.

(Manifestação na galeria.)

PRESIDENTE (DEPUTADO WELLINGTON LUIZ) – Novamente solicito ao pessoal na galeria que respeite o deputado. Estamos no processo de votação. Esta casa é de vocês, é a casa do povo. Vocês

sabem do apoio que têm desta casa, mas, enquanto o deputado estiver se manifestando, eu gostaria que vocês aguardassem. Depois vocês podem se manifestar da forma que entenderem melhor. O deputado está com a palavra. Eu gostaria que vocês o respeitassem. Muito obrigado.

Concedo a palavra ao deputado Chico Vigilante.

DEPUTADO CHICO VIGILANTE (PT. Para emitir parecer. Sem revisão do orador.) – Senhor presidente, senhoras e senhores deputados, do ponto de vista da regimentalidade e da constitucionalidade, não há nenhum óbice à tramitação deste título.

Portanto, a Comissão de Constituição e Justiça dá parecer favorável à matéria.

PRESIDENTE (DEPUTADO WELLINGTON LUIZ) – Em discussão. (Pausa.)

Não havendo quem queira discutir, encerro a discussão.

Em votação.

Os deputados que aprovam o parecer permaneçam como estão; os que forem contrários queiram manifestar-se. (Pausa.)

O parecer está aprovado com a presença de 19 deputados.

(Intervenção fora do microfone.)

PRESIDENTE (DEPUTADO WELLINGTON LUIZ) – Deputado Chico Vigilante, votaremos em bloco os projetos que não receberam parecer.

Item nº 272:

Discussão e votação, em turno único, do Projeto de Decreto Legislativo nº 279/2022, de autoria do Deputado Eduardo Pedrosa, que “Concede o Título de Cidadão Honorário de Brasília ao senhor Manoel Coelho Arruda Júnior.”

Aprovado o parecer da CAS. A CCJ deverá se manifestar.

Solicito ao presidente da Comissão de Constituição e Justiça, deputado Thiago Manzoni, que designe relator para a matéria ou avoque a relatoria.

DEPUTADO THIAGO MANZONI – Senhor presidente, avoco a relatoria.

PRESIDENTE (DEPUTADO WELLINGTON LUIZ) – Solicito ao relator, deputado Thiago Manzoni, que emita parecer da Comissão de Constituição e Justiça sobre a matéria.

DEPUTADO THIAGO MANZONI (PL. Para emitir parecer. Sem revisão do orador.) – Senhor presidente, senhoras e senhores deputados, parecer da Comissão de Constituição e Justiça ao Projeto de Decreto Legislativo nº 279/2022, de autoria do Deputado Eduardo Pedrosa, que “Concede o Título de Cidadão Honorário de Brasília ao senhor Manoel Coelho Arruda Júnior.”

Senhor presidente, não há óbice de qualquer natureza. O parecer da CCJ é pela admissibilidade da proposição.

PRESIDENTE (DEPUTADO WELLINGTON LUIZ) – Em discussão. (Pausa.)

Não havendo quem queira discutir, encerro a discussão.

Em votação.

Os deputados que aprovam o parecer permaneçam como estão; os que forem contrários queiram manifestar-se. (Pausa.)

O parecer está aprovado com a presença de 20 deputados.

Item nº 273:

Discussão e votação, em turno único, do Projeto de Decreto Legislativo nº 200/2021, de autoria do Deputado Roosevelt, que “Concede Título de Cidadão Honorário de Brasília ao Sr. Raul Canal”, em tramitação conjunta com o Projeto de Decreto Legislativo nº 210/2021, de autoria dos Deputados Agaciel Maia e Jorge Vianna, que “Concede o Título de Cidadão Honorário de Brasília ao Senhor Raul Canal”.

Conforme Portaria nº 408/2023–GMD, informo que as comissões deverão se manifestar novamente sobre as proposições. Foi apresentada uma emenda de plenário. A CAS e a CCJ deverão se manifestar sobre os projetos e a emenda.

Solicito à presidente da Comissão de Assuntos Sociais, deputada Dayse Amarilio, que designe relator para a matéria ou avoque a relatoria.

DEPUTADA DAYSE AMARILIO – Senhor presidente, avoco a relatoria.

PRESIDENTE (DEPUTADO WELLINGTON LUIZ) – Solicito à relatora, deputada Dayse Amarilio, que emita parecer da Comissão de Assuntos Sociais sobre a matéria.

DEPUTADA DAYSE AMARILIO (PSB. Para emitir parecer. Sem revisão da oradora.) – Senhor presidente, senhoras e senhores deputados, parecer da Comissão de Assuntos Sociais ao Projeto de Decreto Legislativo nº 200/2021, de autoria do Deputado Roosevelt, que “Concede Título de Cidadão Honorário de Brasília ao Sr. Raul Canal”, em tramitação conjunta com o Projeto de Decreto Legislativo nº 210/2021, de autoria dos Deputados Agaciel Maia e Jorge Vianna, que “Concede o Título de Cidadão Honorário de Brasília ao Senhor Raul Canal”.

Senhor presidente, o senhor Raul Canal é o presidente da Sociedade Brasileira do Direito Médico e Bioética e da Sociedade Brasileira de Medicina Regenerativa e Terapias Celulares Avançadas. Ele é um grande comunicador. Diante do histórico e de sua relevância, somos pela aprovação do projeto com o acatamento da emenda substitutiva.

É o parecer.

PRESIDENTE (DEPUTADO WELLINGTON LUIZ) – Informo à senhora deputada que deverá se manifestar sobre o Projeto de Decreto Legislativo nº 210/2021, que também está em tramitação.

DEPUTADA DAYSE AMARILIO (PSB. Para emitir parecer. Sem revisão da oradora.) – Certo, presidente. O parecer da CAS é pela aprovação do Projeto de Decreto Legislativo nº 210/2021 na forma do substitutivo.

PRESIDENTE (DEPUTADO WELLINGTON LUIZ) – Em discussão. (Pausa.)

Não havendo quem queira discutir, encerro a discussão.

Em votação.

Os deputados que aprovam o parecer permaneçam como estão; os que forem contrários queiram manifestar-se. (Pausa.)

O parecer está aprovado com a presença de 20 deputados.

Solicito ao presidente da Comissão de Constituição e Justiça, deputado Thiago Manzoni, que designe relator para a matéria ou avoque a relatoria.

DEPUTADO THIAGO MANZONI – Senhor presidente, avoco a relatoria.

PRESIDENTE (DEPUTADO WELLINGTON LUIZ) – Solicito ao relator, deputado Thiago Manzoni, que emita parecer da Comissão de Constituição e Justiça sobre a matéria.

DEPUTADO THIAGO MANZONI (PL. Para emitir parecer. Sem revisão do orador.) – Senhor presidente, senhoras e senhores deputados, parecer da Comissão de Constituição e Justiça ao Projeto de Decreto Legislativo nº 200/2021, de autoria do Deputado Roosevelt, que “Concede Título de Cidadão Honorário de Brasília ao Sr. Raul Canal”, em tramitação conjunta com o Projeto de Decreto Legislativo nº 210/2021, de autoria dos Deputados Agaciel Maia e Jorge Vianna, que “Concede o Título de Cidadão Honorário de Brasília ao Senhor Raul Canal”.

Presidente, em relação ao Projeto de Decreto Legislativo nº 200/2021 e ao Projeto de Decreto Legislativo nº 210/2021, o parecer da CCJ é pela admissibilidade nos termos da emenda substitutiva.

PRESIDENTE (DEPUTADO WELLINGTON LUIZ) – Em discussão. (Pausa.)

Não havendo quem queira discutir, encerro a discussão.

Em votação.

Os deputados que aprovam o parecer permaneçam como estão; os que forem contrários queiram manifestar-se. (Pausa.)

O parecer está aprovado com a presença de 20 deputados.

(Assume a presidência o deputado Pastor Daniel de Castro.)

PRESIDENTE (DEPUTADO PASTOR DANIEL DE CASTRO) – Item nº 274:

Discussão e votação, em turno único, Projeto de Decreto Legislativo nº 27/2023, de autoria do

Deputado Wellington Luiz e deputado Chico Vigilante, que "Concede o Título de Cidadão Honorário de Brasília ao Ministro da Justiça e Segurança Pública, senhor Flávio Dino de Castro e Costa."

DEPUTADO IOLANDO – Senhor presidente, solicito o uso da palavra.

PRESIDENTE (DEPUTADO PASTOR DANIEL DE CASTRO) – Concedo a palavra a V.Exa.

DEPUTADO IOLANDO (MDB. Sem revisão do orador.) – Presidente, peço destaque deste projeto. Eu tenho dificuldade em votá-lo e gostaria que V.Exa. destacasse esse projeto para que votássemos em separado, por favor.

PRESIDENTE (DEPUTADO PASTOR DANIEL DE CASTRO) – Informo ao deputado que nós estamos votando somente os pareceres das comissões. Quando votarmos os projetos em turno único, nós o retiraremos do bloco, deputado.

DEPUTADO IOLANDO – Eu peço destaque para que votemos em separado inclusive os pareceres das comissões, presidente, por favor.

PRESIDENTE (DEPUTADO PASTOR DANIEL DE CASTRO) – Ok, deputado. Acato sua solicitação.

(Assume a presidência o deputado Wellington Luiz.)

PRESIDENTE (DEPUTADO WELLINGTON LUIZ) – Item nº 278:

Discussão e votação, em turno único, do Projeto de Decreto Legislativo nº 294/2022, de autoria do Deputado Hermeto, que "Concede Título de Cidadão Honorário de Brasília ao Sr. Gustavo do Vale Rocha".

A proposição não recebeu parecer das comissões. A CAS e a CCJ deverão se manifestar sobre o projeto.

Solicito à relatora, deputada Dayse Amarílio, que emita parecer da Comissão de Assuntos Sociais sobre a matéria.

DEPUTADA DAYSE AMARILIO (PSB. Para emitir parecer. Sem revisão da oradora.) – Senhor presidente, senhoras e senhores deputados, parecer da Comissão de Assuntos Sociais ao Projeto de Decreto Legislativo nº 294/2022, de autoria do Deputado Hermeto, que "Concede Título de Cidadão Honorário de Brasília ao Sr. Gustavo do Vale Rocha".

Presidente, diante de sua relevância, e dado o histórico como ministro da justiça e secretário de justiça e o desafio de ser da Casa Civil, o nosso parecer é pela aprovação do Projeto de Decreto Legislativo nº 294/2022 no âmbito da Comissão de Assuntos Sociais.

PRESIDENTE (DEPUTADO WELLINGTON LUIZ) – Em discussão. (Pausa.)

Não havendo quem queira discutir, encerro a discussão.

Em votação.

Os deputados que aprovam o parecer permaneçam como estão; os que forem contrários queiram manifestar-se. (Pausa.)

O parecer está aprovado com a presença de 20 deputados.

Solicito ao presidente da Comissão de Constituição e Justiça, deputado Thiago Manzoni, que designe relator para a matéria ou avoque a relatoria.

DEPUTADO THIAGO MANZONI – Senhor presidente, avoco a relatoria.

PRESIDENTE (DEPUTADO WELLINGTON LUIZ) – Solicito ao relator, deputado Thiago Manzoni, que emita parecer da Comissão de Constituição e Justiça sobre a matéria.

DEPUTADO THIAGO MANZONI (PL. Para emitir parecer. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, senhoras e senhores deputados, parecer da Comissão de Constituição e Justiça ao Projeto de Decreto Legislativo nº 294/2022, de autoria do Deputado Hermeto, que "Concede Título de Cidadão Honorário de Brasília ao Sr. Gustavo do Vale Rocha".

Presidente, peço permissão para ir à parte finalíssima do voto para prolatar parecer no sentido de admitir a proposição.

PRESIDENTE (DEPUTADO WELLINGTON LUIZ) – Em discussão. (Pausa.)

Não havendo quem queira discutir, encerro a discussão.

Em votação.

Os deputados que aprovam o parecer permaneçam como estão; os que forem contrários queiram manifestar-se. (Pausa.)

O parecer está aprovado com a presença de 20 deputados.

(Assume a presidência o deputado Pastor Daniel de Castro.)

PRESIDENTE (DEPUTADO PASTOR DANIEL DE CASTRO) – Item nº 279:

Discussão e votação, em turno único, do Projeto de Decreto Legislativo nº 40/2023, de autoria do Deputado Wellington Luiz, que “Concede o Título de Cidadão Honorário de Brasília ao Senhor Desembargador João Egmont Leônico Lopes”.

A proposição não recebeu parecer das comissões. A CAS e CCJ deverão se manifestar sobre o projeto.

Solicito à presidente da Comissão de Assuntos Sociais, deputada Dayse Amarilio, que designe relator para a matéria ou avoque a relatoria.

DEPUTADA DAYSE AMARILIO – Avoco a relatoria.

PRESIDENTE (DEPUTADO PASTOR DANIEL DE CASTRO) – Solicito à relatora, deputada Dayse Amarilio, que emita parecer da Comissão de Assuntos Sociais sobre a matéria.

DEPUTADA DAYSE AMARILIO (PSB. Para emitir parecer. Sem revisão da oradora.) – Senhor presidente, senhoras e senhores deputados, parecer da CAS ao Projeto de Decreto Legislativo nº 40/2023, de autoria do Deputado Wellington Luiz, que “concede o Título de Cidadão Honorário de Brasília ao Senhor Desembargador João Egmont Leônico Lopes.”.

Senhor presidente, no âmbito da Comissão de Assuntos Sociais, somos pela aprovação do Projeto de Decreto Legislativo nº 40/2023.

PRESIDENTE (DEPUTADO PASTOR DANIEL DE CASTRO) – Em discussão o parecer da CAS. (Pausa.)

Não havendo quem queira discutir, encerro a discussão.

Em votação.

Os deputados que aprovam o parecer permaneçam como estão; os que forem contrários queiram manifestar-se. (Pausa.)

O parecer está aprovado com a presença de 19 deputados.

Solicito ao presidente da Comissão de Constituição e Justiça, deputado Thiago Manzoni, que designe relator para a matéria ou avoque a relatoria.

DEPUTADO THIAGO MANZONI – Senhor presidente, avoco a relatoria.

PRESIDENTE (DEPUTADO PASTOR DANIEL DE CASTRO) – Solicito ao relator, deputado Thiago Manzoni, que emita parecer da Comissão de Constituição e Justiça sobre a matéria.

DEPUTADO THIAGO MANZONI (PL. Para emitir parecer. Sem revisão do orador.) – Senhor presidente, senhoras e senhores deputados, parecer da Comissão de Constituição e Justiça ao Projeto de Decreto Legislativo nº 40/2023, de autoria do Deputado Wellington Luiz, que “Concede o Título de Cidadão Honorário de Brasília ao Senhor Desembargador João Egmont Leônico Lopes.”

Senhor presidente, saúdo o ilustre desembargador João Egmont, um dos grandes desembargadores do nosso TJDF, e profiro parecer pela admissibilidade da proposição.

PRESIDENTE (DEPUTADO PASTOR DANIEL DE CASTRO) – Em discussão o parecer da CCJ. (Pausa.)

Não havendo quem queira discutir, encerro a discussão.

Em votação.

Os deputados que aprovam o parecer permaneçam como estão; os que forem contrários queiram manifestar-se. (Pausa.)

O parecer está aprovado com a presença de 20 deputados.

(Assume a Presidência o deputado Wellington Luiz.)

PRESIDENTE (DEPUTADO WELLINGTON LUIZ) – Item nº 281:

Discussão e votação, em turno único, Projeto de Decreto Legislativo nº 42/2023, de autoria do Deputado João Cardoso, que “concede o título de Cidadão Benemérito de Brasília ao Dr. Bruno Rangel Avelino da Silva”.

As comissões deverão se manifestar.

Solicito à presidente da Comissão de Assuntos Sociais, deputada Dayse Amarilio, que designe relator para a matéria ou avoque a relatoria.

DEPUTADA DAYSE AMARILIO – Avoco a relatoria.

PRESIDENTE (DEPUTADO WELLINGTON LUIZ) – Solicito à relatora, deputada Dayse Amarilio, que emita parecer da Comissão de Assuntos Sociais sobre a matéria.

DEPUTADA DAYSE AMARILIO (PSB. Para emitir parecer. Sem revisão da oradora.) – Senhor presidente, senhoras e senhores deputados, parecer da Comissão de Assuntos Sociais ao Projeto de Decreto Legislativo nº 42/2023, de autoria do Deputado João Cardoso, que “concede o título de Cidadão Benemérito de Brasília ao Dr. Bruno Rangel Avelino da Silva”.

No âmbito da Comissão de Assuntos Sociais, somos pela aprovação do Projeto de Decreto Legislativo nº 42/2023.

PRESIDENTE (DEPUTADO WELLINGTON LUIZ) – Em discussão o parecer da CAS. (Pausa.)

Não havendo quem queira discutir, encerro a discussão.

Em votação.

Os deputados que aprovam o parecer permaneçam como estão; os que forem contrários queiram manifestar-se. (Pausa.)

O parecer está aprovado com a presença de 21 deputados.

Solicito ao presidente da Comissão de Constituição e Justiça, deputado Thiago Manzoni, que designe relator para a matéria ou avoque a relatoria.

DEPUTADO THIAGO MANZONI – Avoco a relatoria.

PRESIDENTE (DEPUTADO WELLINGTON LUIZ) – Solicito ao relator, deputado Thiago Manzoni, que emita parecer da Comissão de Constituição e Justiça sobre a matéria.

DEPUTADO THIAGO MANZONI (PL. Para emitir parecer. Sem revisão do orador.) – Senhor presidente, senhoras e senhores deputados, parecer da Comissão de Constituição e Justiça ao Projeto de Decreto Legislativo nº 42/2023, de autoria do Deputado João Cardoso, que “concede o título de Cidadão Benemérito de Brasília ao Dr. Bruno Rangel Avelino da Silva”.

O parecer da Comissão de Constituição e Justiça é pela admissibilidade da proposição.

PRESIDENTE (DEPUTADO WELLINGTON LUIZ) – Em discussão o parecer da CCJ. (Pausa.)

Não havendo quem queira discutir, encerro a discussão.

Em votação.

Os deputados que aprovam o parecer permaneçam como estão; os que forem contrários queiram manifestar-se. (Pausa.)

O parecer está aprovado com a presença de 21 deputados.

Procederemos agora à leitura de todos os PDLs que foram destacados para votação em bloco.

DEPUTADO CHICO VIGILANTE – Senhor presidente, solicito o uso da palavra.

PRESIDENTE (DEPUTADO WELLINGTON LUIZ) – Concedo a palavra a V.Exa.

DEPUTADO CHICO VIGILANTE (PT. Sem revisão do orador.) – Senhor presidente, tendo em vista que foi destacado o projeto do título do ministro Flávio Dino, peço que sejam destacados os projetos dos títulos do Ives Gandra Martins e do André Mendonça para votação em separado também.

PRESIDENTE (DEPUTADO WELLINGTON LUIZ) – É o jeito destacar, deputado Chico Vigilante.

Estão destacados, deputado Chico Vigilante.

DEPUTADO PASTOR DANIEL DE CASTRO – Senhor presidente, solicito o uso da palavra.

PRESIDENTE (DEPUTADO WELLINGTON LUIZ) – Concedo a palavra a V.Exa.

DEPUTADO PASTOR DANIEL DE CASTRO (PP. Sem revisão do orador.) – Senhor presidente, eu acho que só foi o do ministro André Mendonça. Do Ives Gandra também?

PRESIDENTE (DEPUTADO WELLINGTON LUIZ) – Também.

DEPUTADO PASTOR DANIEL DE CASTRO – Também? Mas não foi lido.

PRESIDENTE (DEPUTADO WELLINGTON LUIZ) – Eu peço ao deputado Iolando para não arrumar confusão, mas não há como.

Acato a solicitação do deputado Chico Vigilante. Ficam destacados 3 PDLs – 1 solicitado pelo nobre deputado Iolando e 2 solicitados pelo nobre deputado Chico Vigilante –, que serão votados ao final. Os demais serão votados em bloco.

(Assume a presidência o deputado Ricardo Vale.)

PRESIDENTE (DEPUTADO RICARDO VALE) – Apreciação, em bloco, dos seguintes itens:

Item nº 269:

Discussão e votação, em turno único, do Projeto de Decreto Legislativo nº 18/2023, de autoria do deputado Wellington Luiz, que “concede o Título de Cidadão Honorário de Brasília ao Senhor Renato Guanabara Leal de Araújo”.

Item nº 270:

Discussão e votação, em turno único, do Projeto de Decreto Legislativo nº 270/2022, de autoria do deputado Robério Negreiros, que “concede o Título de Cidadã Honorária de Brasília à Promotora de Justiça Maria da Graça Peres Soares Amorim”.

Item nº 271:

Discussão e votação, em turno único, do Projeto de Decreto Legislativo nº 289/2022, de autoria do deputado Robério Negreiros, que “concede o Título de Cidadão Benemérito de Brasília a Bruno Ericky Francisco Alvim de Oliveira”.

Item nº 272:

Discussão e votação, em turno único, do Projeto de Decreto Legislativo nº 279/2022, de autoria do deputado Eduardo Pedrosa, que “concede o Título de Cidadão Honorário de Brasília ao senhor Manoel Coelho Arruda Júnior”.

Item nº 273:

Discussão e votação, em turno único, do Projeto de Decreto Legislativo nº 200/2021, de autoria do deputado Roosevelt, que “concede Título de Cidadão Honorário de Brasília ao Sr. Raul Canal”, em tramitação conjunta com o Projeto de Decreto Legislativo nº 210/2021, de autoria dos deputados Agaciel Maia e Jorge Vianna, que “concede o Título de Cidadão Honorário de Brasília ao Senhor Raul Canal”.

Item nº 278:

Discussão e votação, em turno único, do Projeto de Decreto Legislativo nº 294/2022, de autoria do deputado Hermeto, que “concede Título de Cidadão Honorário de Brasília ao Sr. Gustavo do Vale Rocha”.

Item nº 279:

Discussão e votação, em turno único, do Projeto de Decreto Legislativo nº 40/2023, de autoria do deputado Wellington Luiz, que “concede o Título de Cidadão Honorário de Brasília ao Senhor Desembargador João Egmont Leôncio Lopes”.

Item nº 280:

Discussão e votação, em turno único, do Projeto de Decreto Legislativo nº 15/2023, de autoria do deputado João Cardoso, que “concede, post mortem, o Título de Cidadão Honorário de Brasília ao Revmo. MONSENHOR JONAS ABIB”.

Item nº 281:

Discussão e votação, em turno único, do Projeto de Decreto Legislativo nº 42/2023, de autoria do deputado João Cardoso, que “concede o título de Cidadão Benemérito de Brasília ao Dr. Bruno

Rangel Avelino da Silva”.

Em discussão. (Pausa.)

Não havendo quem queira discutir, encerro a discussão.

Peço à assessoria da Mesa que abra o painel de votações.

Em votação.

Os deputados que votarem “sim” estarão aprovando os projetos; os que votarem “não” estarão rejeitando-os.

Solicito às senhoras e aos senhores deputados que registrem o voto nos terminais.

Votação aberta.

(Procede-se à votação pelo processo eletrônico.)

PRESIDENTE (DEPUTADO RICARDO VALE) – Votação encerrada.

A presidência vai anunciar o resultado da votação: 18 votos favoráveis. Houve 6 ausências.

Estão aprovados os projetos de decreto legislativo.

DEPUTADO WELLINGTON LUIZ – Senhor presidente, solicito o uso da palavra.

PRESIDENTE (DEPUTADO RICARDO VALE) – Concedo a palavra a V.Exa.

DEPUTADO WELLINGTON LUIZ (MDB. Sem revisão do orador.) – Senhor presidente, de acordo com a aprovação do Requerimento nº 128/2023, solicito a dispensa do interstício, nos termos do § 1º do art. 204 do Regimento Interno, e que se dê como lida e aprovada a redação final.

PRESIDENTE (DEPUTADO RICARDO VALE) – Não havendo objeção do Plenário, a presidência acata a solicitação de V.Exa. (Pausa.)

Passa-se à imediata apreciação da matéria.

Discussão da redação final das seguintes proposições:

– Projeto de Decreto Legislativo nº 18/2023, de autoria do deputado Wellington Luiz, que “concede o Título de Cidadão Honorário de Brasília ao Senhor Renato Guanabara Leal de Araújo”;

– Projeto de Decreto Legislativo nº 270/2022, de autoria do deputado Robério Negreiros, que “concede o Título de Cidadã Honorária de Brasília à Promotora de Justiça Maria da Graça Peres Soares Amorim”;

– Projeto de Decreto Legislativo nº 289/2022, de autoria do deputado Robério Negreiros, que “concede o Título de Cidadão Benemérito de Brasília a Bruno Ericky Francisco Alvim de Oliveira”;

– Projeto de Decreto Legislativo nº 279/2022, de autoria do deputado Eduardo Pedrosa, que “concede o Título de Cidadão Honorário de Brasília ao senhor Manoel Coelho Arruda Júnior”;

– Projeto de Decreto Legislativo nº 200/2021, de autoria do deputado Roosevelt, que “concede Título de Cidadão Honorário de Brasília ao Sr. Raul Canal”, em tramitação conjunta com o Projeto de Decreto Legislativo nº 210/2021, de autoria dos deputados Agacieli Maia e Jorge Vianna, que “concede o Título de Cidadão Honorário de Brasília ao Senhor Raul Canal”;

– Projeto de Decreto Legislativo nº 294/2022, de autoria do deputado Hermeto, que “concede Título de Cidadão Honorário de Brasília ao Sr. Gustavo do Vale Rocha”;

– Projeto de Decreto Legislativo nº 40/2023, de autoria do deputado Wellington Luiz, que “concede o Título de Cidadão Honorário de Brasília ao Senhor Desembargador João Egmont Leôncio Lopes”;

– Projeto de Decreto Legislativo nº 15/2023, de autoria do deputado João Cardoso, que “concede, post mortem, o Título de Cidadão Honorário de Brasília ao Revmo. MONSENHOR JONAS ABIB”;

– Projeto de Decreto Legislativo nº 42/2023, de autoria do deputado João Cardoso, que “concede o título de Cidadão Benemérito de Brasília ao Dr. Bruno Rangel Avelino da Silva”.

Em discussão as redações finais. (Pausa.)

Não havendo quem queira discutir, encerro a discussão.

Encerrada a discussão, sem emendas ou retificações, as redações finais são consideradas definitivamente aprovadas, dispensada a votação.

Os projetos de decreto legislativo vão a promulgação.

(Assume a presidência o deputado Wellington Luiz.)

PRESIDENTE (DEPUTADO WELLINGTON LUIZ) – Procederemos à leitura do próximo item da pauta.

DEPUTADO CHICO VIGILANTE – Senhor presidente, solicito o uso da palavra.

PRESIDENTE (DEPUTADO WELLINGTON LUIZ) – Concedo a palavra a V.Exa.

DEPUTADO CHICO VIGILANTE (PT. Sem revisão do orador.) – De acordo com os destaques apresentados, o primeiro destaque a ser votado é o título de cidadão honorário do ministro Flávio Dino.

PRESIDENTE (DEPUTADO WELLINGTON LUIZ) – Item nº 274:

Discussão e votação, em turno único, do Projeto de Decreto Legislativo nº 27/2023, de autoria do deputado Wellington Luiz, que “Concede o Título de Cidadão Honorário de Brasília ao Ministro da Justiça e Segurança Pública, senhor Flávio Dino de Castro e Costa”.

(Assume a presidência o deputado Ricardo Vale.)

PRESIDENTE (DEPUTADO RICARDO VALE) – Aprovado o parecer favorável da Comissão de Assuntos Sociais.

A Comissão de Constituição e Justiça deverá se manifestar.

Solicito ao presidente da Comissão de Constituição e Justiça, deputado Thiago Manzoni, que designe relator para a matéria ou avoque a relatoria.

DEPUTADO THIAGO MANZONI – Senhor presidente, designo como relator o deputado Robério Negreiros.

PRESIDENTE (DEPUTADO RICARDO VALE) – Solicito ao relator, deputado Robério Negreiros, que emita parecer da Comissão de Constituição e Justiça sobre a matéria.

DEPUTADO IOLANDO – Senhor presidente, solicito o uso da palavra.

PRESIDENTE (DEPUTADO RICARDO VALE) – Concedo a palavra a V.Exa.

DEPUTADO IOLANDO (MDB. Sem revisão do orador.) – Presidente, eu quero pedir, nas comissões e na votação em plenário, que seja feita votação nominal, por favor.

PRESIDENTE (DEPUTADO RICARDO VALE) – Ok. Acatada a solicitação do deputado Iolando.

DEPUTADO ROBÉRIO NEGREIROS (PSD. Para emitir parecer. Sem revisão do orador.) – Senhor presidente, senhoras e senhores deputados, parecer da Comissão de Constituição e Justiça ao Projeto de Decreto Legislativo nº 27/2023, de autoria do deputado Wellington Luiz, que “Concede o Título de Cidadão Honorário de Brasília ao Ministro da Justiça e Segurança Pública, senhor Flávio Dino de Castro e Costa”.

A proposição atende à resolução e não afronta nenhum tipo de legislação.

O meu voto é pela admissibilidade.

PRESIDENTE (DEPUTADO RICARDO VALE) – Em discussão. (Pausa.)

Não havendo quem queira discutir, encerro a discussão.

Peço à assessoria da Mesa que abra o painel de votações.

Em votação.

Os deputados que votarem “sim” estarão aprovando o parecer; os que votarem “não” estarão rejeitando-o.

Solicito às senhoras e aos senhores deputados que registrem o voto nos terminais.

Votação aberta.

(Procede-se à votação pelo processo eletrônico.)

(Manifestação na galeria.)

PRESIDENTE (DEPUTADO RICARDO VALE) – Votação encerrada.

A presidência vai anunciar o resultado da votação: 12 votos favoráveis e 5 votos contrários. Houve 7 ausências.

Está aprovado.

Discussão e votação, em turno único, do Projeto de Decreto Legislativo nº 27/2023, de autoria do deputado Wellington Luiz, que “Concede o Título de Cidadão Honorário de Brasília ao Ministro da Justiça e Segurança Pública, senhor Flávio Dino de Castro e Costa”.

Em discussão.

Concedo a palavra ao deputado Chico Vigilante.

DEPUTADO CHICO VIGILANTE (PT. Para discutir. Sem revisão do orador.) – Senhor presidente, para a aprovação do título, de autoria do deputado Wellington Luiz, presidente desta casa, são necessários 13 votos favoráveis. Nós verificamos que só houve 12 votos favoráveis ao parecer. Portanto, é importante, deputado Wellington Luiz, que verifiquemos se há os 13 votos neste momento. Se não há, acho péssimo que esta casa, que aprova título de todo tipo, para todo tipo de gente, de repente se negue a conceder um título para o ministro da justiça, ainda mais sendo este um projeto de autoria do presidente. Seria interessante conferirmos isso.

DEPUTADO WELLINGTON LUIZ – Senhor presidente, solicito o uso da palavra.

PRESIDENTE (DEPUTADO RICARDO VALE) – Concedo a palavra a V.Exa.

DEPUTADO WELLINGTON LUIZ (MDB. Sem revisão do orador.) – O deputado Daniel Donizet se manifestou nesse último parecer? Pergunto só para fazermos a conta. O deputado Chico Vigilante tem razão. É óbvio que eu jamais vou violentar a consciência de qualquer colega. É claro, precisamos aprovar isso, mas vamos respeitar os colegas que são contrários.

PRESIDENTE (DEPUTADO RICARDO VALE) – Continua em discussão.

Concedo a palavra ao deputado Iolando.

DEPUTADO IOLANDO (MDB. Para discutir. Sem revisão do orador.) – Senhor presidente, eu conversei com V.Exa. Sei que V.Exa. tem o entendimento de que, embora diverjamos nessa opinião, especificamente, temos convergido em diversas outras posições nesta casa.

Eu tenho muita dificuldade de votar este projeto. Por que tenho dificuldade de votar pela concessão do título ao ministro da justiça? Ele não é um semideus, apesar de estar agindo como um. E, para mim, ele não é uma pessoa digna de receber o meu voto de confiança com o título de cidadão honorário desta cidade.

Fiz o mesmo com o senador Omar Aziz. Eu manifestei minha opinião contrária ao Omar Aziz e estou manifestando minha opinião contrária ao ministro da justiça, que não faz justiça à posição que ocupa, uma posição em que ele deveria fazer. Ele tem perseguido as polícias, tem feito algo que as tem desonrado. Havia 185 câmeras no Ministério da Justiça, e ele, para burlar a CPMI do Congresso Nacional, entregou somente 4 câmeras, cujas imagens não tinham nada a ver com os eventos do dia 8 de janeiro, prejudicando a investigação da CPMI. As outras ele fez de questão de mandar a empresa apagar, para não dar indícios de que ali havia envolvidos, pessoas com má-fé e com maldade.

Presidente, eu não voto a favor. Eu acredito que os deputados aqui sabem da injustiça que ele tem feito com o nosso país.

DEPUTADO WELLINGTON LUIZ – Obrigado, deputado.

PRESIDENTE (DEPUTADO RICARDO VALE) – Concedo a palavra ao deputado Thiago Manzoni.

DEPUTADO THIAGO MANZONI (PL. Para discutir. Sem revisão do orador.) – Eu começo este breve discurso, deputado Wellington Luiz, parabenizando V.Exa. pela comenda que recebeu hoje e pelo trabalho que desempenha aqui. A presidência de V.Exa. é uma unanimidade. Não foi uma unanimidade só na votação do dia 1º de janeiro, ela é uma unanimidade ao longo do nosso mandato.

Gostaria de parabenizá-lo e de externar o profundo respeito que tenho por V.Exa., que é o autor do projeto de decreto legislativo. Nutro por V.Exa. respeito e admiração e, para mim, é uma honra poder ser presidente da Comissão de Constituição e Justiça enquanto V.Exa. preside esta casa.

Em relação especificamente a esse projeto de decreto legislativo, eu também adianto que o meu voto será contrário, porque eu não estendo ao ministro Flávio Dino as palavras que dirijo a V.Exa.

Tenho com ele ampla divergência sob todos os aspectos da vida e em especial em relação ao comportamento dele frente ao Congresso Nacional, às casas de leis do Brasil etc.

Não vou me estender aqui, mas adianto que vou votar contra, mantendo, contudo, a admiração e o respeito que nutro por V.Exa.

DEPUTADO WELLINGTON LUIZ – Agradeço, deputado, o carinho. Sempre respeitamos as posições em contrário. Não é isso que vai criar qualquer cizânia entre nós – o posicionamento dos nossos colegas, do deputado Iolando, de V.Exa., ou de qualquer outro deputado que entenda que não pode votar favorável ao projeto.

PRESIDENTE (DEPUTADO RICARDO VALE) – Continua em discussão.

Concedo a palavra ao deputado Pepa.

DEPUTADO PEPA (PP. Para discutir. Sem revisão do orador.) – Presidente, manifesto-me também contrariamente. E, respeitando o presidente, porque sempre fomos respeitados, ainda mais pelo amigo, mas, nesta questão do Flávio Dino, eu não vejo o porquê desse título.

Muito obrigado.

DEPUTADO WELLINGTON LUIZ – Deputado Pepa...

PRESIDENTE (DEPUTADO RICARDO VALE) – Continua em discussão.

Concedo a palavra à deputada Paula Belmonte.

DEPUTADA PAULA BELMONTE (CIDADANIA. Para discutir. Sem revisão da oradora.) – Deputado Wellington Luiz, eu quero registrar também o meu respeito à sua presidência. O senhor sabe disso. Nós demonstramos não só com palavras, mas também com atitudes, com todo o respeito, tenho gratidão e falei isso para V.Exa. algumas vezes.

Respeito o deputado Chico Vigilante, que também é um proponente desse PDL para o título de cidadão, mas eu vejo o seguinte: nós precisamos fazer uma reflexão do que significa esta casa. Esta casa representa a vontade do povo e, quando trazemos aqui um cidadão honorário do Distrito Federal, nós estamos falando da representatividade de uma pessoa que é honrada para o Distrito Federal, mas estamos falando de um suspeito do dia 8 de janeiro, que é o ministro Flávio Dino.

O ministro Flávio Dino não entregou as fitas do que aconteceu no Ministério da Justiça no dia 8 de janeiro, pelo que há muitas pessoas pagando. O ministro Flávio Dino não colocou a Força Nacional para proteger a população. É a essa pessoa, que deixou vulnerável a nação brasileira, o cidadão brasileiro, que deixou a nossa Polícia Militar em uma situação delicada, que vamos entregar o título de Cidadão Honorário de Brasília? É essa a reflexão que faço nesta casa.

Por isso, realmente ficamos em uma situação em que não queremos recusar. Acho que não precisamos passar por esse constrangimento. Cabe a este parlamento refletir se nós temos a necessidade de passar por esse constrangimento. Peço que escutemos, que conclamemos a população do Distrito Federal a se manifestar. Eu tenho certeza de que, se fizermos uma consulta, ele não será considerado apto ao título de cidadão honorário do Distrito Federal.

Obrigada, presidente. (Palmas.)

PRESIDENTE (DEPUTADO RICARDO VALE) – Continua em discussão.

Concedo a palavra ao deputado Wellington Luiz.

DEPUTADO WELLINGTON LUIZ (MDB. Para discutir. Sem revisão do orador.) – Deputado Ricardo Vale, quero apenas agradecer também a manifestação da deputada Paula Belmonte. Eu já me manifestei em entendimentos contrários. Isso não muda em nada – ouviu, deputada? – o sentimento por V.Exa. É claro que vamos nos respeitar sempre que ocorrerem essas divergências.

Muito obrigado.

PRESIDENTE (DEPUTADO RICARDO VALE) – Continua em discussão.

Concedo a palavra ao deputado Pastor Daniel de Castro.

DEPUTADO PASTOR DANIEL DE CASTRO (PP. Para discutir. Sem revisão do orador.) – Obrigado, presidente.

Fiz questão de descer da mesa para vir falar aqui do plenário. Antes de aqui vir, eu fui ali para o meu momento com Deus. Eu sempre ponho a minha mente, o meu coração e a minha boca à

disposição de Deus. Quando eu fujo, é para isso. Eu digo: “Deus, estão aqui a minha mente e a minha boca como instrumentos do Senhor para a prática de justiça”.

É muito difícil quando votamos matéria de autoria do presidente desta casa. O presidente desta casa foi unanimidade na eleição e ele é unanimidade na condução dos trabalhos. Eu estava ali agorinha, presidente, pensando: eu quero crer que, talvez, eu tenha sido o primeiro voto para V.Exa. Eu liguei para V.Exa. no dia da eleição à noite dizendo: “Como eu gostaria de que você me presidisse” – e V.Exa. sabe disso.

Eu pedi autorização para eu ser linha de frente na campanha de V.Exa. Honra-me V.Exa. ter rompido todas as barreiras e chegado por unanimidade. Eu louvo a Deus! Sentimos falta de V.Exa. quando não está sentado nessa cadeira. Para mim, para o deputado Ricardo Vale, e para alguns outros que às vezes presidem a sessão é muito difícil substituí-lo, mesmo sabendo que não existe ninguém insubstituível. Por quê? Porque V.Exa. é o centro do equilíbrio que traz harmonia para esta casa. Naturalmente, algumas vezes divergiremos, e esta é uma das vezes em que farei isso, mas deixando externalizado o meu carinho, o apreço e, acima de tudo, o amor por V.Exa. – que sabe disso. Falo isso com tranquilidade.

Não quero entrar no embate de falar de honra ou de dignidade de quem quer que seja, mas quero deixar registrado, consignado, o meu voto contrário ao excelentíssimo senhor ministro da justiça deste país, Flávio Dino, e deixarei registrado por que faço isso. Eu tenho a convicção de que as pessoas merecem respeito, mesmo na divergência, que precisa ser no campo ideológico, não no campo pessoal.

Quando vejo uma pessoa da magnitude que é o ministro Flávio Dino – que é senador da República, ministro da justiça do Brasil – não respeitar a casa de leis, o parlamento onde está o povo... E aqui temos essa discussão que acontece muitas vezes nesta casa, mas aqui é a Câmara Legislativa! Só que esta casa é a câmara legislativa mais perto do parlamento federal, portanto, reverbera muito! Quando ele falta com a dignidade e o apreço com o Congresso Nacional, ao não entregar aquilo que a CPMI pede, ele não merece, da minha parte, o meu apreço nesse contexto. Como ele não respeita o parlamento, quero votar contrariamente à concessão desse título de cidadão honorário, pedindo vênias a V.Exa. e deixando registrados o meu carinho e o meu apreço por V.Exa.

PRESIDENTE (DEPUTADO RICARDO VALE) – Continua em discussão.

Concedo a palavra ao deputado Wellington Luiz.

DEPUTADO WELLINGTON LUIZ (MDB. Para discutir. Sem revisão do orador.) – Apenas quero agradecer as palavras, pois senti-me lisonjeado. Tenho certeza de que esta Câmara Legislativa pode ser presidida por qualquer um dos demais 23 deputados que não irá perder qualidade; pelo contrário, irá ganhar pois o mais sem juízo sou eu. O resto todo está com o juízo normal.

Só quero fazer esse agradecimento. A deputada Paula Belmonte conversou comigo. Deputada, respeitando a posição de V.Exa., quero colocar que a casa é plural; então, é necessário que haja essas manifestações. Essas divergências fazem com que cresçamos e com que seja respeitada a vontade da maioria, seja para atender a nossa proposta, minha e do deputado Chico Vigilante, de concessão de título de cidadão honorário, ou seja para rejeitar.

Eu acho que é importante – e é uma coisa que estamos tentando inculcar na Câmara Legislativa, em todos juntos –, primeiro, respeitar o rito da casa, que é de passar pelas comissões, e, depois, que votemos todos os projetos! Que eles não fiquem sem apreciação! Hoje eu estive no Sinduscon, deputado, e reclamaram de um projeto, deputado Joaquim Roriz Neto, que está para ser votado há 8 anos. A sociedade não merece isso. Nós precisamos votar: seja para aprovar, seja para rejeitar, mas a sociedade não pode ficar sem resposta.

Por isso é que eu insisto e digo isso com muita tranquilidade: é claro que queremos que o projeto seja aprovado. Se ele não for aprovado, isso não vai mudar uma vírgula na nossa relação, até pelo carinho e pelo respeito que eu tenho por cada um de vocês. Então, acho que ele deve ser colocado em votação. Insisto, respeitando a posição de cada colega. Então, deputados que forem contrários: que votem contra! Eu jamais vou pedir para que os senhores e as senhoras violentem suas consciências. Jamais! Não existe essa possibilidade!

Sendo assim agradeço, deputado Ricardo Vale, nosso presidente.

PRESIDENTE (DEPUTADO RICARDO VALE) – Continua em discussão.

Concedo a palavra ao deputado Hermeto.

DEPUTADO HERMETO (MDB. Para discutir. Sem revisão do orador.) – Esse título de cidadão honorário tem uma conotação, na nossa casa, de importância, como disseram a deputada Paula Belmonte e os demais colegas. É verdade! Eu vou votar a favor da concessão sabem por quê? Eu não vou entrar na questão ideológica. Não vou entrar! Eu vou votar a favor, presidente, com V.Exa., que é do meu partido, porque nós sabemos a luta que foi para haver a recomposição salarial da Polícia Militar, do Corpo de Bombeiros e da Polícia Civil. Houve uma audiência no Ministério da Justiça, com o ministro da justiça e com o secretário Cappelli. O senhor se recorda da desenvoltura dele e do gesto que ele fez para que a recomposição salarial das nossas corporações fosse concretizada?

Então, não vou entrar no campo ideológico, não vou entrar nessa situação, mas vou dizer que vou votar a favor da concessão do título de cidadão honorário pelo que aconteceu em relação ao nosso pleito e pelo que foi atendido pelo Ministério da Justiça naquele momento.

Sobre a questão ideológica, eu não vou falar. Voto com V.Exa., pela aprovação.

PRESIDENTE (DEPUTADO RICARDO VALE) – Continua em discussão.

Concedo a palavra à deputada Paula Belmonte.

DEPUTADA PAULA BELMONTE (CIDADANIA. Para discutir. Sem revisão da oradora.) – Senhor presidente, eu estou querendo falar de uma questão que não é ideológica. É importante dizermos que contra fatos não há argumento. Existe uma questão real, de que o ministro da justiça não entregou as fitas à CPMI, mostrando o que aconteceu no dia 8 de janeiro. Isso é uma questão real, não é uma questão ideológica. O primeiro ponto é esse. Vamos ter serenidade nas coisas, porque reconhecemos o que temos que reconhecer. Mas nós estamos aqui falando de um título de cidadão honorário.

Há uma outra coisa. Eu quero fazer um pedido, senhor presidente. Quero, mais uma vez, parabenizá-lo pela sua postura séria, principalmente trazendo o protagonismo desta casa plural, mas quero fazer um apelo a todos os parlamentares. Por que vamos constranger uns aos outros? Aqui nós vamos ter perdedores e vencedores. Para que vamos fazer isso? Quando o deputado Chico Vigilante apresentou essa proposta, junto com o deputado Wellington Luiz, foi no começo, quando havia intervenção. Hoje nós temos outro contexto. Outros fatos aconteceram. Vamos ter mais cautela!

Eu faço esse apelo à presidência, para que possamos esperar mais um pouco. Ninguém está se recusando. Quem sabe eu possa até pedir desculpas aqui? Não vejo problema. Hoje o deputado Iolando trouxe aqui uma palavra de perdão. Vamos ter cautela! Por quê? Porque vai haver parlamentares aqui, colegas nossos, expostos, tanto de um lado quanto de outro. Se podemos ter a prudência como uma virtude, vamos tê-la conosco!

Nesse momento, precisamos estar unidos, diante de tantas coisas que estão acontecendo. Estamos com a reestruturação do socioeducativo – temos aqui os professores. Hoje temos uma sessão solene, do nosso procurador-geral, o Georges. Então, peço isso encarecidamente. Não há problema se o senhor não me atender, mas quero deixar isso registrado. Quando o título foi proposto, era outro o contexto. Que possamos, então, ter um cuidado com nossos amigos parlamentares aqui.

PRESIDENTE (DEPUTADO RICARDO VALE) – Continua em discussão.

Concedo a palavra ao deputado Chico Vigilante.

DEPUTADO CHICO VIGILANTE (PT. Para discutir. Sem revisão do orador.) – Senhor presidente, é o seguinte: a votação é aberta. Cada parlamentar, homem e mulher, que está aqui sabe o que faz. Portanto, não queiram esconder questões ideológicas em cima da rejeição de um título ao Flávio Dino. Vamos votar, presidente. Se não ganharmos, paciência. Mas que ele merece, merece. Todo mundo sabe que ele merece o título de cidadão.

Portanto, não vamos inventar desculpas. Vamos votar. Cada um é responsável pelo seu voto.

E mais: eu não me baseio em galeria. Quem quiser votar vai disputar eleição como nós disputamos e ganhamos. Depois venham ao plenário votar.

PRESIDENTE (DEPUTADO RICARDO VALE) – Continua em discussão.

Concedo a palavra ao deputado Wellington Luiz.

DEPUTADO WELLINGTON LUIZ (MDB. Para discutir. Sem revisão do orador.) – Senhor presidente, quero apenas, mais uma vez, agradecer as colocações da deputada Paula Belmonte. Respeito a posição dos colegas que são contrários à matéria, mas insisto na votação porque entendo que é importante não só este título, mas todos.

Há outras propostas também polêmicas, e nós vamos respeitá-las. Eu ou o deputado Ricardo

Vale, na presidência, faremos valer a vontade do autor da proposição.

Então, peço a autorização dos nobres colegas para colocarmos, sim, a matéria em votação.

PRESIDENTE (DEPUTADO RICARDO VALE) – Continua em discussão. (Pausa.)

Não havendo mais quem queira discutir, encerro a discussão.

Peço à assessoria da Mesa que abra o painel de votações.

Em votação.

Os deputados que votarem “sim” estarão aprovando o projeto; os que votarem “não” estarão rejeitando-o.

Solicito às senhoras e aos senhores deputados que registrem o voto nos terminais.

Votação aberta.

(Procede-se à votação pelo processo eletrônico.)

PRESIDENTE (DEPUTADO RICARDO VALE) – Votação encerrada.

A presidência vai anunciar o resultado da votação: 14 votos favoráveis, 6 votos contrários. Houve 4 ausências.

Está aprovado.

DEPUTADO WELLINGTON LUIZ – Senhor presidente, solicito o uso da palavra.

PRESIDENTE (DEPUTADO RICARDO VALE) – Concedo a palavra a V.Exa.

DEPUTADO WELLINGTON LUIZ (MDB. Sem revisão do orador.) – Senhor presidente, de acordo com a aprovação do Requerimento nº 128/2023, solicito a dispensa do interstício, nos termos do § 1º do art. 204 do Regimento Interno, e que se dê como lida e aprovada a redação final.

PRESIDENTE (DEPUTADO RICARDO VALE) – Não havendo objeção do Plenário, a presidência acata a solicitação de V.Exa. (Pausa.)

Passa-se à imediata apreciação da matéria.

Discussão da redação final do Projeto de Decreto Legislativo nº 27/2023, de autoria do deputado Wellington Luiz, que “concede o Título de Cidadão Honorário de Brasília ao Ministro da Justiça e Segurança Pública, senhor Flávio Dino de Castro e Costa”.

Em discussão a redação final. (Pausa.)

Não havendo quem queira discutir, encerro a discussão.

Encerrada a discussão, sem emendas ou retificações, a redação final é considerada definitivamente aprovada, dispensada a votação.

O projeto vai a promulgação.

Devolvo a presidência ao deputado Wellington Luiz.

(Assume a presidência o deputado Wellington Luiz.)

PRESIDENTE (DEPUTADO WELLINGTON LUIZ) – Assumo a presidência.

Mais uma vez, agradeço a todos os deputados que votaram favoravelmente à concessão do título ao ministro Flávio Dino. Da mesma maneira, agradeço aos deputados que votaram contrariamente, respeitando a posição de cada um dos colegas.

DEPUTADO IOLANDO – Senhor presidente, solicito o uso da palavra.

PRESIDENTE (DEPUTADO WELLINGTON LUIZ) – Concedo a palavra a V.Exa.

DEPUTADO IOLANDO (MDB. Sem revisão do orador.) – Presidente, mais uma vez, sinto-me muito triste. Mais uma vez, foi apresentado um título de cidadão honorário por esta casa, que representa a capital do Brasil, que representa mais de 3 milhões de habitantes, e isso não é o que quer a população.

Se fizessemos um plebiscito antes de apresentarmos esse título de cidadão honorário, veríamos o alto índice de rejeição da população em relação ao ministro da justiça Flávio Dino.

Eu me entristeço por ver que esta casa realmente tem tido posturas que têm nos deixado

bastante tristes. A população realmente tem sido afetada com essas ações, mas foi a vontade da maioria dos parlamentares. Aqui a voz é coletiva.

Parabenizo V.Exa. pelos outros títulos que apresentou nesta casa. São desembargadores, juízes, pessoas que, realmente, são dignas e defendem a Constituição e o direito à justiça. Parabéns a V.Exa. nesse caso específico. Os outros, o do Flávio, por exemplo, eu repudio.

PRESIDENTE (DEPUTADO WELLINGTON LUIZ) – Obrigado, deputado Iolando.

Com base no respeito que nutre a nossa relação, acho que, quando a maioria desta casa vota favoravelmente a um projeto, ela representa a maioria da população, até porque – V.Exa. colocou isso muito bem – não temos embasamento para dizer se a população do DF é contrária ou favorável à matéria. Não temos esses dados neste momento. Então, até para não tirar a legitimidade dos nossos parlamentares, eu entendo que a votação e a aprovação representam, sim, a maioria. Volto a dizer: respeito aqueles que votam contrariamente.

Muito obrigado, deputado Iolando.

Consulto o nobre deputado Pastor Daniel de Castro se ainda há a intenção de apreciar o título de cidadão honorário ao ministro André Mendonça. (Pausa.)

(Intervenção fora do microfone.)

PRESIDENTE (DEPUTADO WELLINGTON LUIZ) – Item nº 276:

Discussão e votação, em turno único, do Projeto de Decreto Legislativo nº 30/2023, de autoria do Deputado Pastor Daniel de Castro, que “Concede o Título de Cidadão Honorário de Brasília ao Excelentíssimo Ministro André Mendonça”.

Tramitação concluída.

Em discussão.

Concedo a palavra ao deputado Gabriel Magno.

DEPUTADO GABRIEL MAGNO (PT. Para discutir. Sem revisão do orador.) – Obrigado, presidente.

Quero, primeiro, parabenizá-lo, mais uma vez, pela conduta diante desta casa, na presidência, sempre muito republicana. Também o parabenizo pela iniciativa do título que nós acabamos de aprovar.

Quero discutir, agora, este título.

Primeiro, presidente, destaco que, desde o meu primeiro dia aqui, nunca tive nenhuma vergonha de reafirmar os motivos pelos quais estou sentado nesta cadeira, que são ideológicos, porque eu fui eleito pelo Partido dos Trabalhadores. Expresso isso todos os dias com a estrela do PT e com o programa do Partido dos Trabalhadores. Foi isso que me colocou nesta cadeira.

Como todos os demais, fomos eleitos por partidos políticos, que têm bandeiras, programas – inclusive, ideológicos. Eu não acho que o debate ideológico sobre nenhum tema nesta casa seja um problema. Pelo contrário, ele é a própria função desta casa. Quero destacar isso, porque para algumas coisas vale e não é ideológico, mas para outras é.

Sobre o ministro André Mendonça, eu quero usar os argumentos que foram usados no outro debate, porque quero saber qual vai ser a opinião de quem os usou. Votamos aqui de acordo com aquilo que nós representamos.

O ministro André Mendonça foi ministro da justiça do ex-presidente inelegível, no período da pandemia, 2020/2021. Um ministro da justiça que não via, por exemplo, problemas na condução criminosa do ex-governo durante a pandemia, um governo que não lamentou nenhuma morte, que dizia não ser coveiro, que dizia que quem tomava vacina viraria jacaré, que se recusou a comprar vacina para os brasileiros e brasileiras.

Por esses motivos, presidente, pela luta que fizemos nesse período, pela luta que fizemos na eleição de 2022, quando a maioria do povo brasileiro foi para a urna dizer “não” ao negacionismo, “não” à tentativa de ataque aos direitos, ao desmonte do Estado brasileiro, ao ataque aos serviços e aos servidores públicos – foi essa a decisão da maioria do povo brasileiro quando elegeu Luiz Inácio Lula da Silva presidente da República –, é por esse sentido ideológico de programa que eu tenho muito orgulho de ser parte do Partido dos Trabalhadores. Um partido que defende um programa para este país com mais inclusão, um partido que defende a ciência, a Constituição.

É por essas razões, sim, e por não ver nenhuma contribuição do ex-ministro da Justiça – que, durante a pandemia, fez parte do governo que negou vacina, que negou a ciência, que atacou o povo brasileiro e condenou milhares à morte –, nenhuma contribuição relevante à Capital deste país, que eu quero declarar que voto “não” à concessão do título de cidadão honorário.

PRESIDENTE (DEPUTADO WELLINGTON LUIZ) – Obrigado, deputado.

Continua em discussão.

Concedo a palavra ao deputado Iolando.

DEPUTADO IOLANDO (MDB. Para discutir. Sem revisão do orador.) – Presidente, ouvi a fala do deputado antecessor.

É engraçado que, por incrível que pareça, a pauta da esquerda seja exatamente esta: falar sobre os ideais de gênero, a ideologia de gênero, os gêneros ocupando os cargos públicos, a defesa da minoria, a defesa das raças, da cor, a ocupação de cargos públicos nas universidades com cota. Mas nós ouvimos do presidente Lula, ontem, que ele não vai atender... Nós temos 2 vagas. Saiu 1 mulher do Supremo agora, mas ele não vai colocar mulher lá. Saiu 1 da PGR agora, e ele não vai colocar negro. Ele ainda falou: “Eu não vou definir a indicação dos meus ministros pela cor nem pelo gênero”.

Que demagogia é essa da parte do governo federal? Ele diz que tem uma pauta para apresentar, que é para a defesa da minoria, da cor, da raça, do gênero, mas o presidente dá uma declaração mundial dizendo que não vai atender a isso. Não vai colocar alguém por ser mulher ou por ser negro, vai colocar simplesmente a pessoa que ele quer colocar. Então, é uma demagogia muito grande a que está sendo postada pela esquerda, algo que não tem tamanho. Eu não sei onde eles vão chegar.

PRESIDENTE (DEPUTADO WELLINGTON LUIZ) – Obrigado, nobre deputado Iolando.

Continua em discussão.

Concedo a palavra ao deputado Pepa.

DEPUTADO PEPA (PP. Para discutir. Sem revisão do orador.) – Presidente, eu sigo a minha coerência, a minha convicção. Eu tenho aqui um irmão do meu partido, o deputado Pastor Daniel de Castro.

Eu sigo a mesma linha do “não” ao Flávio Dino. Eu, de antemão, com todo respeito ao meu companheiro de partido, deputado Pastor Daniel de Castro – V.Exa sabe que eu o sigo sempre; sigo-o sempre –, sigo a mesma linha: meu voto será não, com todo o carinho.

PRESIDENTE (DEPUTADO WELLINGTON LUIZ) – Obrigado, deputado Pepa.

Agradeço a manifestação.

Continua em discussão. (Pausa.)

Não havendo mais quem queira discutir, encerro a discussão.

Peço à assessoria da Mesa que abra o painel de votações.

Em votação.

Os deputados que votarem “sim” estarão aprovando o projeto; os que votarem “não” estarão rejeitando-o.

Solicito às senhoras e aos senhores deputados que registrem o voto nos terminais.

Votação aberta.

(Procede-se à votação pelo processo eletrônico.)

PRESIDENTE (DEPUTADO WELLINGTON LUIZ) – Votação encerrada.

A presidência vai anunciar o resultado da votação: 14 votos favoráveis, 5 votos contrários.

Está aprovado.

A matéria segue a tramitação regimental.

Concedo a palavra ao deputado Chico Vigilante para declaração de voto.

DEPUTADO CHICO VIGILANTE (PT. Para declaração de voto. Sem revisão do orador.) – Senhor presidente, eu voto de acordo com as minhas convicções e sempre verifico se o cidadão preenche ou

não os requisitos para ser cidadão honorário de Brasília dentro da constitucionalidade. É isso.

Eu votei favoravelmente, porque ele preenche todos os requisitos. Não concordo com uma vírgula com o que ele pensa e escreve, mas nada impede que ele seja cidadão honorário de Brasília e por isso votei favoravelmente.

PRESIDENTE (DEPUTADO WELLINGTON LUIZ) – Parabéns, deputado. Vale uma reflexão sobre o que foi dito por V. Exa. Sinto-me, inclusive, contemplado com as suas palavras.

Concedo a palavra à deputada Dayse Amarilio para declaração de voto.

DEPUTADA DAYSE AMARILIO (PSB. Para declaração de voto. Sem revisão da oradora.) – Senhor presidente, com todo o respeito ao deputado Chico Vigilante – concordo, inclusive, com o posicionamento dele e com a posição de defender o Estado –, em nome da enfermagem brasileira, depois de tanta luta, de 55 anos lutando, depois de uma lei, 2 emendas constitucionais, realmente votarei contra o projeto. Voto contra o projeto, representando a enfermagem do Brasil.

PRESIDENTE (DEPUTADO WELLINGTON LUIZ) – Obrigado, deputada Dayse Amarilio.

Concedo a palavra ao deputado Iolando para declaração de voto.

DEPUTADO IOLANDO (MDB. Para declaração de voto. Sem revisão do orador.) – Senhor presidente, eu sei que aqui estamos votando agora por ideal: quem é Bolsonaro e quem é Lula. Aqui, ninguém está votando mais pelo princípio da característica, da qualidade, do que a pessoa fez de relevante para o Distrito Federal e para o país. Não está se votando isso aqui. A pessoa que está sendo reconhecida por esta casa foi um ministro da justiça renomado no país, sem nada que desabonasse a sua conduta; foi da AGU, sem nenhum envolvimento em escândalo; tem ficha ilibada do início ao fim, desde quando nasceu até seu último dia como ministro da justiça.

Então, é orgulho para nós, nesta casa, aprovar a concessão do título de cidadão honorário de Brasília a uma pessoa que o merece. Isso nos orgulha. Mas não nos orgulha conceder o referido título àqueles que têm manchas, máculas, envergonham, roubam o país, têm desabonadas suas condutas de cidadão e usurpam recursos da população do país inteiro, em seus cargos públicos.

Então, sinto-me muito honrado em votar favoravelmente e com louvor à concessão do título de cidadão honorário de Brasília ao André Mendonça.

PRESIDENTE (DEPUTADO WELLINGTON LUIZ) – Obrigado, deputado.

Com muita tranquilidade, voto no princípio, tanto é que votei favoravelmente à concessão do título de cidadão honorário de Brasília ao ex-ministro André Mendonça. Entendo que ele também é merecedor, de acordo com a linha – na minha opinião, muito bem colocada – do nobre deputado Chico Vigilante.

Respeito, obviamente, as posições contrárias, como a da deputada Dayse Amarilio, que tem toda a razão. S.Exa. representa uma categoria que, no seu entendimento, foi prejudicada. Por isso, defendo sempre que votemos, que cada um manifeste o seu sentimento, sem jamais tentar violentar a consciência dos colegas.

Muito obrigado.

DEPUTADO RICARDO VALE – Senhor presidente, solicito o uso da palavra.

PRESIDENTE (DEPUTADO WELLINGTON LUIZ) – Concedo a palavra a V.Exa.

DEPUTADO RICARDO VALE (PT. Sem revisão do orador.) – Senhor presidente, de acordo com a aprovação do Requerimento nº 128/2023, solicito a dispensa do interstício, nos termos do § 1º do art. 204 do Regimento Interno, e que se dê como lida e aprovada a redação final.

PRESIDENTE (DEPUTADO WELLINGTON LUIZ) – Não havendo objeção do Plenário, a presidência acata a solicitação de V.Exa. (Pausa.)

Passa-se à imediata apreciação da matéria.

Discussão da redação final do Projeto de Decreto Legislativo nº 30/2023, de autoria do Deputado Pastor Daniel de Castro, que “Concede o Título de Cidadão Honorário de Brasília ao Excelentíssimo Ministro André Mendonça”.

Em discussão a redação final. (Pausa.)

Não havendo quem queira discutir, encerro a discussão.

Encerrada a discussão, sem emendas ou retificações, a redação final é considerada definitivamente aprovada, dispensada a votação.

O projeto vai a promulgação.

Item nº 277:

Discussão e votação, em turno único, do Projeto de Decreto Legislativo nº 21/2023, de autoria da Deputada Paula Belmonte, que "Concede o Título de Cidadão Honorário de Brasília ao Excelentíssimo Senhor Ives Gandra da Silva Martins Filho, Ministro do Tribunal Superior do Trabalho".

Tramitação concluída.

Em discussão.

Concedo a palavra ao deputado Chico Vigilante. Em seguida, concederei a palavra ao deputado Pastor Daniel de Castro.

DEPUTADO CHICO VIGILANTE (PT. Para discutir. Sem revisão do orador.) – Senhor presidente, seguindo a coerência com o que penso e pratico, vou votar contrariamente à concessão deste título de cidadão honorário de Brasília.

O senhor Ives Gandra, que foi ministro do Tribunal Superior do Trabalho, foi contra todos os avanços da classe trabalhadora que chegavam àquele tribunal. Ele foi um verdadeiro cortador de direitos. O tribunal estava posicionado ao lado da extrema direita, o tempo todo, combatendo trabalhadores.

Portanto, eu, enquanto representante dos trabalhadores, jamais poderia votar a favor da concessão desse título ao Ives Gandra. Ele é contra os trabalhadores. A prática dele no Tribunal Superior do Trabalho foi algo horroroso. Ele não merece ser cidadão honorário de Brasília e, por isso, vou votar contra este projeto.

Peço à nossa bancada que vote contra o projeto, por tudo o que ele representa de nocivo à classe trabalhadora e por todas as decisões que tomou naquele tribunal.

PRESIDENTE (DEPUTADO WELLINGTON LUIZ) – Obrigado, deputado Chico Vigilante.

Continua em discussão.

Concedo a palavra ao deputado Thiago Manzoni.

DEPUTADO THIAGO MANZONI (PL. Para discutir. Sem revisão do orador.) – Senhor presidente, na contramão do que o deputado Chico Vigilante falou, vou declarar o meu voto a favor da concessão do título de cidadão honorário de Brasília ao ministro Ives, por 2 razões principais. Aliás, o momento vem bem a calhar.

Primeiro, porque ele é a favor da vida. Ele é um dos defensores da vida desde a sua concepção. E isso, para mim, bastaria. Segundo, porque ele é um grande defensor do império da lei: de que todos são iguais perante a lei e que a aplicação da lei deve-se dar de maneira imparcial.

O ministro Ives sempre foi um ministro daqueles à moda antiga em que o processo não tinha çapa, não tinha o nome de quem estava lá sendo julgado. É um cara que ao longo da carreira dele, sempre defendeu o império da lei, o Estado de direito e fez valer, em seus votos, tudo aquilo que nós estudávamos na academia, nas universidades de direito, nos cursos etc.

Então, como um grande defensor da vida e um grande aplicador do direito que faz valer o que significa jurisdição, quer dizer, o direito, eu penso que ele é merecedor do título que a deputada Paula Belmonte propõe.

PRESIDENTE (DEPUTADO WELLINGTON LUIZ) – Obrigado, deputado Thiago Manzoni.

Continua em discussão.

Concedo a palavra ao deputado Gabriel Magno.

DEPUTADO GABRIEL MAGNO (PT. Para discutir. Sem revisão do orador.) – Obrigado, presidente.

Quero também concordar com o meu líder, deputado Chico Vigilante, porque, além de estimular, enquanto foi ministro do Tribunal Superior do Trabalho, práticas antissindicais, o senhor Ives Gandra, a cada dia que passa, nas investigações, tem sido investigado – esse, sim, com evidências

reais e concretas e presentes nos inquéritos da Polícia Federal, do Supremo Tribunal Federal, da própria CPMI e da CPI dos atos golpistas do dia 8 de janeiro –, ficando mais evidente o papel dele na tentativa de golpe de Estado do dia 8 de janeiro, como, inclusive, o mentor intelectual do golpe. É o que foi descoberto agora em mensagens no celular do Mauro Cid, que se encontra preso. Aqui nós estamos falando de um suspeito, que será, inclusive, investigado – e deve ser investigado.

Diante da excelente, oportuna e importante CPI que esta casa tem tocado, sob a presidência do deputado Chico Vigilante – o qual parabênizo novamente –, a nossa opinião não é compatível, neste momento, com um título de cidadão honorário para quem, nos celulares dos golpistas que estão sendo acusados por tentativa de golpe, é considerado o mentor intelectual do golpe.

O nosso voto também é contra, presidente.

PRESIDENTE (DEPUTADO WELLINGTON LUIZ) – Obrigado, deputado Gabriel Magno.

DEPUTADO ROBÉRIO NEGREIROS – Senhor presidente, solicito o uso da palavra.

PRESIDENTE (DEPUTADO WELLINGTON LUIZ) – Concedo a palavra a V.Exa.

DEPUTADO ROBÉRIO NEGREIROS (PSD. Sem revisão do orador.) – Só para tentarmos agilizar essas votações de PDL, porque o quórum está caindo, o deputado Thiago Manzoni tem um compromisso também, e há 2 projetos do Executivo que estão num acordo para que possamos votar.

PRESIDENTE (DEPUTADO WELLINGTON LUIZ) – Pois é. Eu gostaria muito...

De novo, eu não posso pedir aos deputados que não se manifestem. Obviamente, se pudéssemos ser mais objetivos nas manifestações, seria importante, exatamente dentro da linha que V.Exa. coloca.

Continua em discussão.

Concedo a palavra à deputada Paula Belmonte.

DEPUTADA PAULA BELMONTE (CIDADANIA. Para discutir. Sem revisão da oradora.) – Presidente, eu gostaria de ver qual o número de deputados que há aqui na sessão. Será que podemos fazer a recomposição de quórum, por favor?

PRESIDENTE (DEPUTADO WELLINGTON LUIZ) – Solicitarei a verificação de quórum, atendendo ao pedido da deputada Paula Belmonte, e passarei a palavra a deputada Dayse Amarílio na sequência.

Solicito ao senhor secretário que proceda à chamada nominal dos deputados para verificação de quórum.

PRESIDENTE (DEPUTADO WELLINGTON LUIZ) – Estão presentes 18 deputados, havendo, portanto, quórum regimental.

Continua em discussão.

Concedo a palavra à deputada Dayse Amarílio.

DEPUTADA DAYSE AMARILIO (PSB. Para discutir. Sem revisão da oradora.) – Presidente, somos uma casa de representação. Inclusive, no voto do ministro André, nós nos posicionamos a favor da enfermagem porque estamos fazendo uma representação. Por isso luto por mais mulheres no parlamento, por mais profissionais de saúde, porque estamos fazendo uma representação não só da sociedade, lógico, mas de grupos que confiaram no nosso trabalho.

Então, muito na linha do que o deputado Chico Vigilante colocou, na CAS, inclusive, votei pela abstenção, mas, depois de levantar toda a vida e todo o trabalho do ministro indicado, vou votar contra o requerimento por realmente ser uma trabalhadora. Não tem como uma trabalhadora sindicalista votar a favor de uma pessoa que sempre, vamos dizer assim, pesou a mão sobre os trabalhadores e usou muitas vezes a habilidade das leis em uma história de peso contra os trabalhadores.

Então, por isso, vamos votar contra, fazendo jus à nossa representação e ao que lutamos nesta casa.

PRESIDENTE (DEPUTADO WELLINGTON LUIZ) – Obrigado, deputada Dayse Amarílio.

Continua em discussão.

Concedo a palavra à deputada Paula Belmonte.

DEPUTADA PAULA BELMONTE (CIDADANIA. Para discutir. Sem revisão da oradora.) – Presidente, vejo o seguinte: quem é democrata defende a nossa carta magna, que é a nossa

democracia, a nossa Constituição federal. O ministro Ives Gandra é um constitucionalista, é uma pessoa da maior integridade, tem uma família íntegra. O pai dele, Ives Gandra, é o maior constitucionalista que temos no Brasil. Não existe outra referência de constitucionalista. Todos os livros que foram lançados têm um preâmbulo do ministro Ives Gandra. É dessa pessoa que estamos falando, de uma pessoa com integridade e, além disso, é um grande defensor da família, um grande defensor de que todos somos iguais.

Então, peço auxílio a todos os parlamentares e que esta casa... Não existe uma mancha que possa falar a respeito desse ministro. Quero pedir a todos os parlamentares que possam contemplar esse grande cidadão do Distrito Federal que vem contribuindo para a nossa sociedade brasileira e brasileira.

PRESIDENTE (DEPUTADO WELLINGTON LUIZ) – Obrigado, deputada. Conte com o meu apoio, também estarei ombreando isso porque entendo que atende os requisitos, bem como o princípio muito bem colocado pelo deputado Chico Vigilante.

Continua em discussão. (Pausa.)

Não havendo mais quem queira discutir, encerro a discussão.

Peço à assessoria da Mesa que abra o painel de votações.

Em votação.

Os deputados que votarem “sim” estarão aprovando o projeto; os que votarem “não” estarão rejeitando-o.

Solicito às senhoras e aos senhores deputados que registrem o voto nos terminais.

Votação aberta.

(Procede-se à votação pelo processo eletrônico.)

PRESIDENTE (DEPUTADO WELLINGTON LUIZ) – Votação encerrada.

A presidência vai anunciar o resultado da votação: 14 votos favoráveis, 5 votos contrários. Houve 5 ausências.

Está aprovado.

A matéria segue a tramitação regimental.

DEPUTADO RICARDO VALE – Senhor presidente, solicito o uso da palavra.

PRESIDENTE (DEPUTADO WELLINGTON LUIZ) – Concedo a palavra a V.Exa.

DEPUTADO RICARDO VALE – (PT. Sem revisão do orador.) – Senhor presidente, de acordo com a aprovação do Requerimento nº 128/2023, solicito a dispensa do interstício, nos termos do § 1º do art. 204 do Regimento Interno, e que se dê como lida e aprovada a redação final.

PRESIDENTE (DEPUTADO WELLINGTON LUIZ) – Item nº 239:

Discussão e votação, em 1º turno, do Projeto de Lei nº 2.872/2022, de autoria do Poder Executivo, que “Dispõe sobre a defesa sanitária animal no Distrito Federal e dá outras providências”.

A proposição foi aprovada na Comissão de Economia, Orçamento e Finanças na forma das 10 emendas. A Comissão de Fiscalização, Governança, Transparência e Controle, a Comissão de Assuntos Sociais e a Comissão de Constituição e Justiça deverão se manifestar sobre o projeto e sobre as 11 emendas.

Solicito ao relator, deputado Robério Negreiros, que emita parecer pela Comissão de Fiscalização, Governança, Transparência e Controle sobre a matéria.

(Assume a presidência o deputado Ricardo Vale.)

PRESIDENTE (DEPUTADO RICARDO VALE) – Concedo a palavra ao relator, deputado Robério Negreiros.

DEPUTADO ROBÉRIO NEGREIROS (PSD. Para emitir parecer. Sem revisão do orador.) – Senhor presidente, senhoras e senhores deputados, parecer da Comissão de Fiscalização, Governança, Transparência e Controle ao Projeto de Lei nº 2.872/2022, de autoria do Poder Executivo, que “Dispõe sobre a defesa sanitária animal no Distrito Federal e dá outras providências”.

A proposição mostra-se necessária, conveniente e oportuna.

Portanto, voto pela aprovação do Projeto de Lei nº 2.872/2022, pela aprovação das Emendas nºs 1, 2, 3, 4 (na forma da Subemenda nº 13), 5 e 6, aditivas; das Emendas nºs 8, 10 e 11, modificativas; da Subemenda nº 13; e pela rejeição da Emenda nº 7 no âmbito desta Comissão de Fiscalização, Governança, Transparência e Controle.

É o parecer.

PRESIDENTE (DEPUTADO RICARDO VALE) – Em discussão.

Concedo a palavra ao deputado Gabriel Magno.

DEPUTADO GABRIEL MAGNO (PT. Para discutir. Sem revisão do orador.) – Obrigado, presidente. Primeiro, quero dizer que concordo com o parecer do deputado Robério Negreiros. Quero apenas fazer uma questão sobre a Emenda nº 7, de autoria da ex-deputada Arlete Sampaio. Ela adiciona o inciso XI, ao art. 21, que fala das sanções e penalidades, que passo a ler:

“Adite-se o Inciso XI ao art. 21 da proposição em epígrafe:

Art. 21 ...

XI – deixar de atender as determinações relativas à promoção do bem estar animal nos rebanhos do Distrito Federal”.

O cuidado com essa emenda é colocar na disposição sanções naquelas situações em que não for respeitado o bem-estar dos animais. Essa é uma preocupação. Concordo com o seu parecer, acho que ele importante, pois avança com a subemenda que adequa e consegue contemplar várias delas.

Eu só queria fazer este destaque à Emenda nº 7.

(Assume a presidência o deputado Wellington Luiz.)

DEPUTADO DANIEL DONIZET – Senhor presidente, solicito o uso da palavra.

PRESIDENTE (DEPUTADO WELLINGTON LUIZ) – Concedo a palavra a V.Exa.

DEPUTADO DANIEL DONIZET (PL. Sem revisão do orador.) – Referente a essa emenda de autoria da deputada Arlete Sampaio, em meu parecer à frente da Comissão de Desenvolvimento Econômico Sustentável, Ciência, Tecnologia, Meio Ambiente e Turismo que irei proferir, nós estamos aprovando essa emenda, deputado Gabriel Magno, para exatamente garantir o bem-estar dos animais.

PRESIDENTE (DEPUTADO WELLINGTON LUIZ) – Continua em discussão.

Concedo a palavra ao deputado Robério Negreiros.

DEPUTADO ROBÉRIO NEGREIROS (PSD. Para discutir. Sem revisão do orador.) – A Emenda nº 7, aditiva, propõe incluir como infração gravíssima deixar de atender às determinações relativas à promoção do bem-estar animal nos rebanhos do Distrito Federal. Ocorre que a Emenda nº 2, aditiva, já trata do mesmo assunto, inclusive com uma abordagem mais ampla. Por isso, meu voto foi contrário a essa emenda.

Essa é a fundamentação para a rejeição da Emenda nº 7.

(Assume a presidência o deputado Ricardo Vale.)

PRESIDENTE (DEPUTADO RICARDO VALE) – Continua em discussão. (Pausa.)

Não mais havendo quem queira discutir, encerro a discussão.

Em votação.

Os deputados que aprovam o parecer permaneçam como estão; os que forem contrários queiram manifestar-se. (Pausa.)

O parecer está aprovado com a presença de 21 deputados.

Informo que a Emenda nº 7 será destacada por ter havido pareceres divergentes nas comissões.

Solicito ao relator, deputado Daniel Donizet, que emita parecer da Comissão de Desenvolvimento Econômico Sustentável, Ciência, Tecnologia, Meio Ambiente e Turismo sobre o projeto e as emendas.

Informo que o relator deverá se manifestar sobre a Subemenda nº 13.

DEPUTADO DANIEL DONIZET (PL. Para emitir parecer. Sem revisão do orador.) – Senhor

presidente, senhoras e senhores deputados, parecer da Comissão de Desenvolvimento Econômico Sustentável, Ciência, Tecnologia, Meio Ambiente e Turismo ao Projeto de Lei nº 2.872, de 2022, de autoria do Poder Executivo que "Dispõe sobre a defesa sanitária animal no Distrito Federal e dá outras providências".

No âmbito desta Comissão de Desenvolvimento Econômico Sustentável, Ciência, Tecnologia, Meio Ambiente e Turismo, no mérito votamos pela aprovação do Projeto de Lei nº 2.872/2022, bem como pela aprovação das Emendas nºs 1, 2, 3 e 4, (na forma da Subemenda nº 13), 5, 6 e 7, aditivas; das Emendas nºs 8 e 10, modificativas; e da Subemenda nº 13.

É o parecer, presidente.

(Manifestação fora do microfone.)

DEPUTADO DANIEL DONIZET (PL. Para proceder comentários adicionais ao parecer. Sem revisão do orador.) – A Emenda nº 7 está destacada, porque foi aprovada na Comissão de Economia, Orçamento e Finanças e foi rejeitada pelo deputado Robério Negreiros.

PRESIDENTE (DEPUTADO RICARDO VALE) – Em discussão. (Pausa.)

Não havendo quem queira discutir, encerro a discussão.

Em votação.

Os deputados que aprovam o parecer permaneçam como estão; os que forem contrários queiram manifestar-se. (Pausa.)

O parecer está aprovado com a presença de 19 deputados.

Solicito ao relator, deputado Martins Machado, que emita parecer da Comissão de Assuntos Sociais sobre a matéria.

DEPUTADO MARTINS MACHADO (REPUBLICANOS. Para emitir parecer. Sem revisão do orador.) – Senhor presidente, senhoras e senhores deputados, parecer da Comissão de Assuntos Sociais ao Projeto de Lei nº 2.872/2022, de autoria do Poder Executivo que "Dispõe sobre a defesa sanitária animal no Distrito Federal e dá outras providências".

Senhor presidente, o voto é pela aprovação do Projeto de Lei nº 2.872/2022, com o acatamento das Emendas nºs 1, 2, 3, 4, 5, 6, 7, 8, 10, 11 e 13. As Emendas nºs 9 e 12 foram canceladas.

É o parecer, presidente.

PRESIDENTE (DEPUTADO RICARDO VALE) – Em discussão. (Pausa.)

Não havendo quem queira discutir, encerro a discussão.

Em votação.

Os deputados que aprovam o parecer permaneçam como estão; os que forem contrários queiram manifestar-se. (Pausa.)

O parecer está aprovado com a presença de 19 deputados.

Solicito ao relator, deputado Iolando, que emita parecer da Comissão de Constituição e Justiça sobre a matéria.

DEPUTADO IOLANDO (MDB. Para emitir parecer. Sem revisão do orador.) – Senhor presidente, senhoras e senhores deputados, parecer da Comissão de Constituição e Justiça ao Projeto de Lei nº 2.872/2022, de autoria do Poder Executivo que "Dispõe sobre a defesa sanitária animal no Distrito Federal e dá outras providências".

Senhor presidente, manifestamo-nos pela aprovação e admissibilidade do Projeto de Lei nº 2.872/2022, com aprovação e admissibilidade das Emendas nºs 1, 2, 3 e 4 (na forma da Subemenda nº 13), 5 e 6, aditivas; das Emendas nºs 8, 10 e 11, modificativas; e da Subemenda nº 13.

Somos pelo acatamento da Emenda nº 7 no âmbito da Comissão de Constituição e Justiça. Comunicamos o cancelamento das Emendas nºs 9 e 12.

É o parecer da Comissão de Constituição e Justiça.

PRESIDENTE (DEPUTADO RICARDO VALE) – Em discussão. (Pausa.)

Não havendo quem queira discutir, encerro a discussão.

Em votação.

Os deputados que aprovam o parecer permaneçam como estão; os que forem contrários queiram manifestar-se. (Pausa.)

O parecer está aprovado com a presença de 19 deputados.

Retorno o projeto à Comissão de Economia, Orçamento e Finanças para apreciação do parecer da Subemenda nº 13.

Solicito ao relator, deputado Eduardo Pedrosa, que emita parecer da Comissão de Economia, Orçamento e Finanças sobre a matéria.

DEPUTADO EDUARDO PEDROSA (UNIÃO. Para emitir parecer. Sem revisão do orador.) – Senhor presidente, senhoras e senhores deputados, parecer da Comissão de Economia, Orçamento e Finanças ao Projeto de Lei nº 2.872/2022, de autoria do Poder Executivo que “Dispõe sobre a defesa sanitária animal no Distrito Federal e dá outras providências”.

Senhor presidente, retorna a esta comissão o Projeto de Lei nº 2.872/2022 para análise da Emenda nº 13. A emenda não gera impacto orçamentário, razão pela qual, votamos pela sua admissibilidade.

É o parecer.

PRESIDENTE (DEPUTADO RICARDO VALE) – Em discussão o parecer da CEOF. (Pausa.)

Não havendo quem queira discutir, encerro a discussão.

Em votação.

Os deputados que aprovam o parecer permaneçam como estão; os que forem contrários queiram manifestar-se. (Pausa.)

O parecer está aprovado com a presença de 19 deputados.

Em discussão, em primeiro turno, o Projeto de Lei nº 2.872/2022. (Pausa.)

Não havendo quem queira discutir, encerro a discussão.

Em votação.

Os deputados que aprovam o projeto permaneçam como estão; os que forem contrários queiram manifestar-se. (Pausa.)

O projeto está aprovado com a presença de 19 deputados.

Em discussão o destaque da Emenda nº 7. (Pausa.)

Não havendo quem queira discutir, encerro a discussão.

Peço à assessoria da Mesa que abra o painel de votações.

Em votação.

Os deputados que votarem “sim” estarão aprovando a emenda; os que votarem “não” estarão rejeitando-a.

Solicito às senhoras e aos senhores deputados que registrem o voto nos terminais.

Votação aberta.

(Procede-se à votação pelo processo eletrônico.)

PRESIDENTE (DEPUTADO RICARDO VALE) – Votação encerrada.

A presidência vai anunciar o resultado da votação: 17 votos favoráveis. Houve Houve 1 abstenção.

Está aprovada a Emenda nº 7, destacada.

A matéria segue a tramitação regimental.

DEPUTADO PAULA BELMONTE – Senhor presidente, solicito o uso da palavra.

Concedo a palavra à deputada Paula Belmonte.

DEPUTADA PAULA BELMONTE (CIDADANIA. Sem revisão da oradora.) – Senhor presidente, eu estou aqui aprendendo o Regimento Interno da Câmara Legislativa. Na Câmara Federal, em votação,

pode-se falar e continuar. Então, foi só neste sentido que eu solicitei o uso da palavra.

Eu estava querendo compreender algo, porque me parece que essa emenda é como se fosse uma cópia do que já existe no texto. Eu estava querendo tirar essa dúvida se ela realmente é uma cópia ou se não é, para que possamos mantê-la ou não. Não há necessidade de fazermos uma emenda se já existir o teor dela dentro do texto.

DEPUTADO ROBÉRIO NEGREIROS – Senhor presidente, solicito o uso da palavra.

PRESIDENTE (DEPUTADO RICARDO VALE) – Concedo a palavra a V.Exa.

DEPUTADO ROBÉRIO NEGREIROS (PSD. Sem revisão do orador.) – Esclarecendo o que a deputada Paula Belmonte falou, de fato, a Emenda nº 2 já engloba, de maneira ampla, a Emenda nº 7. Porém, como o Plenário é soberano e aprovou as 2 emendas, cabe à CCJ, na redação final, fazer a devida correção ou, se aprová-las, cabe ao próprio governo, como é uma emenda aditiva, vetar uma ou outra.

(Assume a presidência o deputado Wellington Luiz.)

PRESIDENTE (DEPUTADO WELLINGTON LUIZ) – Obrigado, deputado Ricardo Vale. V.Exa. poderia continuar na presidência. A sessão estava tranquila, foi muito bem conduzida. Agradeço o carinho de V.Exa.

DEPUTADO PEPA – Senhor presidente, solicito o uso da palavra.

PRESIDENTE (DEPUTADO WELLINGTON LUIZ) – Concedo a palavra a V.Exa.

DEPUTADO PEPA (PP. Sem revisão do orador.) – Presidente, eu gostaria de saber se os requerimentos e as moções serão votados em bloco.

PRESIDENTE (DEPUTADO WELLINGTON LUIZ) – Após a aprovação dos projetos, poderemos votá-los em bloco, sim.

DEPUTADO PEPA – Obrigado.

PRESIDENTE (DEPUTADO WELLINGTON LUIZ) – Item nº 237:

Discussão e votação, em 1º turno, do Projeto de Lei nº 463/2023, de autoria do Poder Executivo, que "Altera a Lei nº 7.171, de 1 de agosto de 2022, que Dispõe sobre as diretrizes orçamentárias para o exercício financeiro de 2023 e dá outras providências".

Tramitação concluída.

Em discussão o projeto em primeiro turno. (Pausa.)

Foi apresentada uma emenda ao projeto.

Solicito ao presidente da CEOF, deputado Eduardo Pedrosa, que designe relator para a matéria ou avoque a relatoria.

DEPUTADO EDUARDO PEDROSA – Senhor presidente, avoco a relatoria.

PRESIDENTE (DEPUTADO WELLINGTON LUIZ) – Solicito ao relator, deputado Eduardo Pedrosa, que emita parecer da Comissão de Economia, Orçamento e Finanças sobre a matéria.

DEPUTADO EDUARDO PEDROSA (UNIÃO. Para emitir parecer. Sem revisão do orador.) – Senhor presidente, senhoras e senhores deputados parecer da Comissão de Economia, Orçamento e Finanças à emenda apresentada ao Projeto de Lei nº 463/2023, de autoria do Poder Executivo, que "Altera a Lei nº 7.171, de 1 de agosto de 2022, que Dispõe sobre as diretrizes orçamentárias para o exercício financeiro de 2023 e dá outras providências".

Presidente, votamos pela admissibilidade da emenda apresentada.

É o parecer.

PRESIDENTE (DEPUTADO WELLINGTON LUIZ) – Obrigado, deputado Eduardo Pedrosa.

Em discussão. (Pausa.)

Não havendo quem queira discutir, encerro a discussão.

Em votação.

Os deputados que aprovam o parecer permaneçam como estão; os que forem contrários queiram manifestar-se. (Pausa.)

O parecer à emenda está aprovado com a presença de 19 deputados.

Em discussão o Projeto de Lei nº 463/2023 em primeiro turno. (Pausa.)

Não havendo quem queira discutir, encerro a discussão.

Em votação.

Os deputados que aprovam o projeto permaneçam como estão; os que forem contrários queiram manifestar-se. (Pausa.)

O projeto está aprovado com a presença de 19 deputados.

A matéria segue a tramitação regimental.

Item nº 240:

Discussão e votação, em 1º turno, do Projeto de Lei nº 453/2023, de autoria do Poder Executivo, que "Altera a Lei nº 6.138, de 26 de abril de 2018, que institui o Código de Obras e Edificações do Distrito Federal - COE".

Tramitação concluída.

Em discussão. (Pausa.)

Não havendo quem queira discutir, encerro a discussão.

Em votação.

Os deputados que aprovam o projeto permaneçam como estão; os que forem contrários queiram manifestar-se. (Pausa.)

O projeto está aprovado em primeiro turno com a presença de 19 deputados. Houve 5 ausências.

A matéria segue a tramitação regimental.

Convocação. Nos termos do art. 120 do Regimento Interno e em atendimento ao Requerimento nº 129/2023, convoco as senhoras e os senhores deputados para a sessão extraordinária de hoje, com início imediato após esta sessão ordinária, para discussão e votação, em segundo turno, das seguintes matérias de autoria do Poder Executivo:

- Projeto de Lei nº 2.872/2022;
- Projeto de Lei nº 453/2023;
- Projeto de Lei nº 463/2023.

Nada mais havendo a tratar, declaro encerrada a sessão.

(Levanta-se a sessão às 18h13min.)

Siglas com ocorrências neste evento:

ACS – Agente Comunitário de Saúde
AGU – Advocacia-Geral da União
Avas – Agente de Vigilância Ambiental em Saúde
CAS – Comissão de Assuntos Sociais
CCJ – Comissão de Constituição e Justiça
CEB – Companhia Energética de Brasília
CPI – Comissão Parlamentar de Inquérito
CPMI – Comissão Parlamentar Mista de Inquérito
DER – Departamento de Estradas de Rodagem
DIU – Dispositivo Intrauterino
GAR – Gratificação por Atividade de Risco
GIC – Gratificação de Incentivo à Carreira
Ibram – Instituto do Meio Ambiente e Recursos Hídricos do Distrito Federal – Brasília Ambiental
ICMS – Imposto sobre Operações Relativas à Circulação de Mercadorias e sobre a Prestação de Serviços de Transporte Interestadual e Intermunicipal e de Comunicações
Iges – Instituto de Gestão Estratégica de Saúde
Inas – Instituto de Assistência à Saúde dos Servidores do Distrito Federal
LOA – Lei Orçamentária Anual
LRF – Lei de Responsabilidade Fiscal
NOVACAP – Companhia Urbanizadora da Nova Capital do Brasil
PDL – Projeto de Decreto Legislativo

